



# AGENDA DE CONVERGÊNCIA

**Megaeventos esportivos e a proteção de  
crianças e adolescentes no Brasil**

todos juntos  
pelas crianças

unicef 

## Ficha técnica

### Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente – SNPDCA

**Dilma Rousseff**

Presidenta da República Federativa do Brasil

**Michel Temer**

Vice-Presidente da República Federativa do Brasil

**Nilma Lino Gomes**

Ministra das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos

**Rogério Sottili**

Secretaria Especial de Direitos Humanos

**Rodrigo Torres de Araújo Lima**

Secretário Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente/Substituto

**Endereço e contatos:**

Setor Comercial Sul - B, Quadra 9, Lote C  
Edifício Parque Cidade Corporate, Torre A, 10º andar

Brasília – Distrito Federal – 70308-200

Telefone: (55 61) 2027-3225

Site: <http://www.sdh.gov.br/>

E-mail: [spdca@sdh.gov.br](mailto:spdca@sdh.gov.br)

### Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF

**Gary Stahl**

Representante do UNICEF no Brasil

**Esperanza Vives**

Representante adjunta do UNICEF no Brasil

**Casimira Bengue**

Chefe da Área de Proteção à Criança

**Fabiana Gorenstein**

Oficial de Proteção à Criança

**Solange Lopes**

Assistente do Programa de Proteção à Criança

**Escritório do Representante do UNICEF no Brasil**

SEPN 510, Bloco A, 2o andar

Brasília/DF – 70750-521

(55 61) 3035-1900

Site: [www.unicef.org.br](http://www.unicef.org.br)

E-mail: [brasil@unicef.org](mailto:brasil@unicef.org)





## Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente – NECA

**Celso Veras Baptista**  
Presidente

**Vera Lucia Cardoso Frederico**  
1ª Vice-presidente

**Maria do Carmo Krehan**  
Diretora Administrativa e Financeira

**Endereços e contatos:**  
Rua Lincoln Albuquerque, 328 – Perdizes  
05004-010 – São Paulo – SP  
Fone: (55 11) 3673 4971  
Site: [www.neca.org.br](http://www.neca.org.br)  
E-mail: [neca@neca.org.br](mailto:neca@neca.org.br)

## Instituto dos Direitos da Criança e do Adolescente – INDICA

**Lêda Gonçalves de Freitas**  
Presidente (em exercício)

**Gabriela Dias Martins**  
Diretora Financeira/Administrativo

**Benedito Rodrigues dos Santos**  
Diretor Executivo

**Alan Gomes dos Anjos**  
Assistente

**Endereço e contatos:**  
SCLN 315 Bloco C Sala 209.  
Brasília/DF - 70774-530  
Telefone: (55 61) 3202-1354  
Site: <http://www.indica.org.br>  
E-mail: [indicainstituto@gmail.com](mailto:indicainstituto@gmail.com)

## Equipe responsável pela Publicação

### Concepção Geral e Coordenação Técnica

**Benedito Rodrigues dos Santos**  
(Professor da UCB e Diretor Executivo do INDICA)

**Maria Ângela Leal Rudge**  
(Consultora do NECA)

**Casimira Benge**  
(Chefe da Área de Proteção da Criança do UNICEF)

**Fabiana Gorenstein**  
(Chefe de Proteção à Criança do UNICEF) .  
[Registro e documentação](#)

**Benedito Rodrigues dos Santos**  
(Professor da UCB e Diretor Executivo do INDICA)

**Marli Coriolano Argôlo**  
(Assistente Projeto do INDICA)

**Janaína Ferrereira Scartazini**  
(Estagiária de Comunicação Social do INDICA)

**Victor Alan Araújo Ferreira**  
(Estagiário de Serviço Social do INDICA)

#### [Relatório de Sistematização dos Dados dos Comitês Locais](#)

**Benedito Rodrigues dos Santos**  
(UCB e Diretor Executivo do INDICA)

**Maria Ângela Leal Rudge**  
(Consultora do NECA)

**Paulo César Trindade Vieira**  
(Professor da UCB)

**Alan Gomes dos Anjos**  
(Assistente Projeto do INDICA)

**Ana Flávia Flôres**  
(Consultora INDICA para elaboração da versão preliminar do texto).

#### [Edição do Texto Final do Documento](#)

**Rachel Melo**  
(Consultora UNICEF/INDICA)

#### [Projeto Gráfico e Diagramação](#)

**Virgínia Soares**  
(Consultora UNICEF)



## Ficha bibliográfica

Agenda de Convergência: Megaeventos esportivos e a proteção dos direitos de crianças e adolescentes no Brasil / Benedito Rodrigues dos Santos, Fabiana Gorenstein e Maria Ângela Leal Rudge (Coords); Co-autoria de texto: Rachel Melo

Benedito Rodrigues dos Santos. – Brasília: INDICA, 2015.

XXp. : il. : 21 cm. (Documentos técnicos, 4)

ISBN:

---

1. Megaeventos esportivos. 2. Proteção de Crianças e Adolescentes 3. Agenda de Convergência 4. Direitos da Criança e do Adolescente 3. Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente 4. Conselhos Tutelares I. Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente. I. Santos, Benedito Rodrigues dos II. Gorenstein, Fabiana III. Rudge, Maria Ângela Leal IV. Melo, Rachel.

---

Esta publicação foi elaborada pelo INDICA e pelo NECA no bojo do projeto “O Enfrentamento da Violência e o Fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos para a Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente no Brasil” por iniciativa do UNICEF. Publicação financiada pelo UNICEF, Termo de Referência BRZ/BSB/2013/013, de novembro de 2013.

A reprodução do todo ou parte deste documento é permitida somente para fins não lucrativos e com a autorização prévia e formal do NECA ou do UNICEF, desde que citada a fonte.



# SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO: AS CRIANÇAS E O JOGO, FAZER E APRENDER .....</b>	<b>10</b>
<b>2. AGENDA DE CONVERGÊNCIA: UM JOGO DE GANHA-GANHA .....</b>	<b>12</b>
Resolvendo o primeiro desafio, a articulação .....	14
O segundo desafio, um modo de operação articulado .....	14
Terceiro desafio, fluxos e trocas .....	15
<b>3. EM CAMPO: OS ATORES DA AGENDA DE CONVERGÊNCIA .....</b>	<b>17</b>
Comitê nacional .....	17
Comitês locais .....	15
Quando especial Um time especial: as crianças e adolescentes .....	16
<b>4. UM MODUS OPERANDI .....</b>	<b>25</b>
Os plantões integrados .....	26
Espaços de convivência .....	26
Equipes itinerantes .....	26
Sistema de registro e números .....	27
Os comitês em ação .....	27
<b>5. UM ESFORÇO DE PREPARAÇÃO E PLANEJAMENTO .....</b>	<b>36</b>
O desafio da documentação e sistematização das ações da Agenda de Convergência .....	33
As etapas do jogo .....	33
<b>6. INOVAÇÃO EM PROTEÇÃO INTEGRAL DE MENINOS E MENINAS .....</b>	<b>36</b>
<b>7. TODOS JUNTOS, INFORMADOS E ENGAJADOS: COMUNICAÇÃO, ESPORTE E PROTEÇÃO ..</b>	<b>37</b>
As campanhas .....	38
Relações com a mídia .....	42
A integração da comunicação entre atores da Agenda .....	45
<b>8. LIÇÕES E RECOMENDAÇÕES .....</b>	<b>59</b>



# PREFÁCIO

# INTRODUÇÃO

## AS CRIANÇAS E O JOGO, FAZER E APRENDER

**N**o Brasil, diz-se que atrás de toda bola vem uma criança. Por isso, é preciso cuidado quando se está dirigindo por uma rua e, de repente, uma bola cruza a via e quica apressada, serelepe. Há que se reduzir a velocidade porque atrás daquela bola, certamente vem uma, duas, três crianças, igualmente apressadas, distraídas do tráfego, perseguindo a bola, seu brinquedo, fonte simples de alegria.

Não importam as proporções, a lógica se repete na brincadeira de rua, nos festivais na cidade aos megaeventos esportivos. Se há jogo, lá vêm as crianças. Se pequeninas, pelas mãos de seus pais; já maiores chegam falantes; adolescentes chegam em grupos. Esportes atraem crianças. Assim, quando um país assume a responsabilidade de ser a sede de um megaevento esportivo, aceita também a tarefa de pensar em como as crianças podem dele tirar o máximo proveito, traz para si ainda a responsabilidade de redobrar atenções, cuidados e políticas para assegurar que meninos e meninas estejam integralmente protegidos.

Foi assim quando o Brasil foi escolhido para sediar alguns dos maiores e mais complexos eventos esportivos do calendário global: com a Federação Internacional de Futebol (FIFA), a Copa das Confederações, em 2013 (evento preparatório para a Copa do Mundo) e a própria Copa do Mundo FIFA 2014; com o Comitê Olímpico Internacional, as Olimpíadas e Paraolimpíadas, em 2016.

O movimento de defesa dos direitos da criança e do adolescente no país – que reúne redes de organizações em defesa dos direitos, movimentos sociais, organizações da sociedade civil organizada, especialistas e ativistas, organismos internacionais – deu início a uma ampla mobilização para que esses megaeventos esportivos representassem para o Brasil uma oportunidade de se fazer valer na prática o artigo 227 da Constituição Federal brasileira: as crianças e adolescentes são prioridade absoluta e é dever da família, do Estado e da sociedade zelar pelos seus direitos.

Se os eventos esportivos são mega, mesmo porte deveria ter a rede de atuação coletiva para

a proteção integral de crianças e adolescentes. Para os dois primeiros eventos, ligados ao futebol, estabeleceu-se, então, um amplo processo de diálogo e de trabalho com a sociedade civil, com a academia e representantes do setor privado e do Governo Federal, que, por sua vez, também buscava coordenar esforços de vários órgãos do próprio governo central e ainda de governos estaduais e municipais.

Como num jogo de bola, todos dirigiam-se a um ponto em comum: garantir os direitos de meninos e meninas contra a violência, a exploração e a discriminação. Da ideia e da decisão de trabalhar juntos por esse mesmo objetivo nasceu a Agenda de Convergência.

Em campo, mais de 2.500 pessoas<sup>1</sup> e centenas de instituições que mobilizaram o país por meio de campanhas educacionais pela proteção de meninas e meninos, implementaram ações de capacitação para profissionais que trabalham com direitos humanos e teceram uma rede de proteção para crianças e adolescentes, a partir de serviços integrados de apoio, orientação, acolhimento e cuidados.

O Brasil ganhou a Copa das Confederações. Não foi campeão da Copa do Mundo de Futebol da FIFA. Mas como nas melhores lições do esporte, no que diz respeito aos direitos de suas crianças, o país preparou-se com afinco, desenvolveu espírito de equipe, desvelou talentos, promoveu inovação, trabalhou duro, errou, acertou e, sobretudo, aprendeu muito. Esse é o principal legado da Copa do Mundo FIFA 2014 para as políticas de promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Afinal, se os megaeventos são como ruas movimentadas, o país esteve atento e protetor, obedecendo ao que determina sua Constituição. Como reza o dito popular, atrás de uma bola, tem sempre uma criança! Essa é a experiência que compartilhamos aqui.

---

<sup>1</sup> PROTEJA BRASIL/ Secretaria de Direitos Humanos. Relatório da Agenda de Convergência para Proteção Integral dos Direitos da Criança e do Adolescente no contexto dos megaeventos. Brasília 2014.



# A AGENDA DE CONVERGÊNCIA: UM JOGO DE GANHA-GANHA

Já estava marcado o dia em que a bola rolaria pela primeira vez na Copa do Mundo FIFA 2014 no Brasil: 12 de junho de 2014 - uma feliz coincidência, 12 de junho é o dia em que se celebra o Dia Mundial contra o Trabalho Infantil. Governos, organizações da sociedade civil brasileira e organismos internacionais tinham claro que seria fundamental articular um esforço coletivo para a proteção de crianças e adolescentes na Copa e em outros grandes eventos esportivos que o Brasil sediaria.

No primeiro semestre de 2012, algumas iniciativas já estavam em curso, mas ainda de forma dispersa e desarticulada. A Childhood Brasil preparou e apresentou um extenso mapa das ações e debates empreendidos pelos governos federal, estaduais e municipais e pela sociedade civil para a proteção de crianças e adolescentes no contexto da Copa do Mundo FIFA. O foco central do trabalho era o enfrentamento à violência sexual.

No governo federal, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH) havia começado, em 2010, a financiar ações em algumas das cidades que sediariam os jogos da Copa (as chamadas de cidades-sede) por meio do Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-juvenil no Território Brasileiro (PAIR). Em 2012, o plano era fazer um diagnóstico das políticas públicas existentes voltadas para a prevenção e o enfrentamento à violência sexual e outras questões relativas aos direitos das crianças e adolescentes.

Outros atores também estavam em campo. A Fundação Itaú Social, por exemplo, havia começado a se preparar, também em 2010, para a Copa do Mundo FIFA – o Itaú era patrocinador do mundial de futebol e da seleção brasileira. O objetivo da fundação: qualificar Conselhos Municipais de Direitos também para o enfrentamento à exploração sexual. A entidade havia envolvido no trabalho vários parceiros, como o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o Conselho Nacional dos Direitos de Crianças e Adolescentes (Conanda) e outras fundações privadas.

A Rede Evangélica Nacional de Ação Social (Renas) também trabalhava desde 2010 com foco no

enfrentamento à exploração sexual de meninos e meninas no contexto da Copa do Mundo. O projeto, Bola na Rede – Um gol pelos direitos das crianças e adolescentes, envolvia crianças e suas famílias, mobilizando igrejas e seus frequentadores em todo o Brasil. A Visão Mundial também trabalhava com o tema da Copa, entendendo que o Mundial poderia abrir oportunidades, com investimentos em infraestrutura, mas principalmente como um tempo para se falar de esporte e cidadania, gênero, direitos e ainda capacitar crianças e adolescentes para que soubessem reconhecer, agir e tomar decisões em situações de violência.

Então, em 18 de maio de 2012, quando organizações da sociedade civil e organismos internacionais reuniram-se para a celebração do dia nacional de combate à exploração sexual, entendeu-se que a Copa do Mundo FIFA era tema de trabalho de muitas dessas instituições e que era preciso coordenar e otimizar esforços.

Foi nesse momento que a Secretaria de Direitos Humanos, que já tinha a tarefa de coordenar esforços dos vários órgãos de governo para garantir proteção integral a meninas e meninos quando da realização desses eventos esportivos, acolheu demandas da sociedade, reuniu sugestões, ajudou a mapear o que já estava sendo feito e propôs-se a articular o que ainda estava por fazer, principalmente junto às cidades-sede. A sociedade civil foi fundamental nesse trabalho de mobilização social.

Em setembro de 2012, foi lançada a Agenda de Convergência.

A iniciativa abraçou três desafios. O primeiro deles: ter ampla capacidade de articulação, sendo interinstitucional – ou seja, capaz de reunir diversas instituições, de diferentes naturezas; interfederada – articular ações dos três níveis de governo no país, federal, estadual e municipal; e intersetorial – reunir instituições da proteção, da assistência social, da saúde, da educação, do trabalho, de direitos humanos. Essas instituições, embora tenham responsabilidades compartilhadas e complementares, muitas vezes atuam regidas pelo chamado paradigma da setorialidade. Ou seja,



cada área se ocupa apenas de seu campo estrito de trabalho.

O segundo desafio da Agenda era fazer com que a articulação que juntava sociedade civil e governos se traduzisse em ações na ponta, ou seja, nas ruas, arenas, praças das 12 cidades-sede, de forma a criar uma eficiente rede de proteção para meninas e meninos.

O terceiro desafio era ser capaz de criar um fluxo de troca: experiências e informação que circulassem entre o comitê nacional e os comitês locais, entre as pessoas e organizações envolvidas de forma a gerar conhecimento e mobilizar a sociedade para a proteção de crianças e adolescentes.

## 12 FORAM AS CIDADES-SEDE DA COPA DO MUNDO DE FUTEBOL FIFA 2014

### Resolvendo o primeiro desafio, a articulação

Quando a Agenda foi lançada, dois anos antes do início da Copa do Mundo FIFA no Brasil, sua primeira tarefa foi ajudar a mobilizar uma rede de organizações que pudesse fortalecer as capacidades dos sistemas de proteção de crianças e adolescentes das cidades, somar capacidades e otimizar esforços e recursos.

Por isso a Agenda de Convergência congregou iniciativas do poder executivo nos três níveis de governo (federal, estadual e municipal), do sistema de justiça, da sociedade civil (ONGs, conselhos de direitos, conselhos tutelares), de empresas e fundações empresariais e de organismos internacionais. Todos reunidos em torno da Agenda tinham um objetivo comum: prevenir e intervir em situações de ameaça ou violações concretas de direitos de crianças e adolescentes no contexto dos megaeventos esportivos.

Os princípios da articulação interfederativa, interinstitucional e intersetorial e estruturada eram o marco lógico da Agenda. Não esteve no horizonte em nenhum momento que a Agenda se

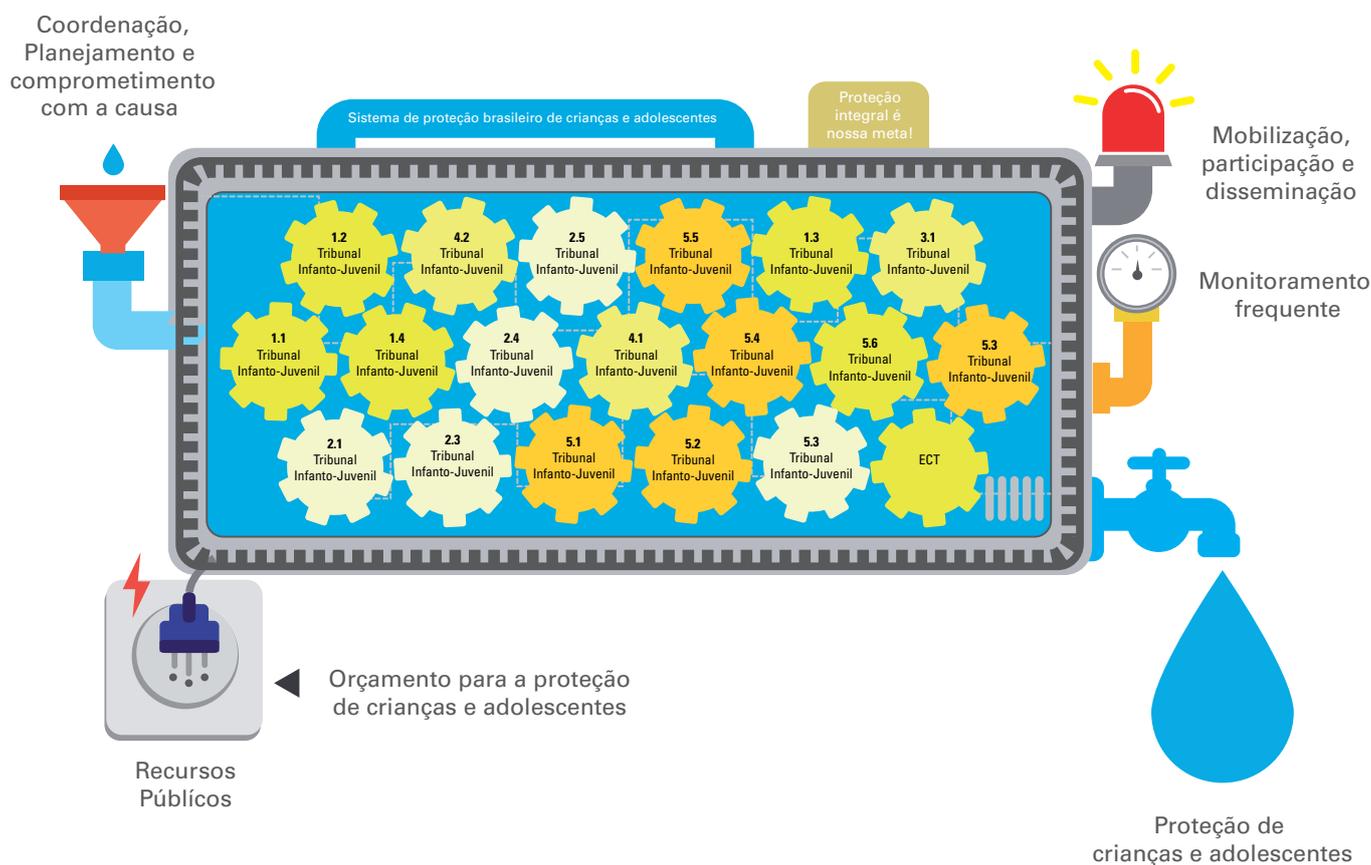
constituísse em uma instituição, ela funcionaria como uma articulação de políticas e de instituições.

Daí a opção por se trabalhar com comitês. Foram constituídos um comitê nacional, que ajudou a criar e articular 12 comitês locais, e comitês em cada uma das 12 cidades-sede da Copa do Mundo FIFA (vamos falar mais adiante sobre esses comitês locais). Esse formato de trabalho permitiu que os atores da Agenda guardassem autonomia e complementariedade entre si e fossem capazes de mobilizar recursos localmente, pensar estratégias, métodos, e, sobretudo, desenvolver as ações de proteção de meninas e meninos, resguardadas as realidades e especificidades locais. Havia ainda o objetivo de promover a troca de experiências. Eram 12 Unidades da Federação envolvidas (11 Estados e o Distrito Federal), cada um com sua capital como cidade-sede. Aqueles com maior repertório na realização de eventos – e com experiências exitosas de proteção de meninos e meninas – apoiariam tecnicamente outros estados – e foi o que aconteceu.

### O segundo desafio, um modo de operação articulado

Foi a partir do debate e da articulação no âmbito dos comitês que a Agenda ganhou corpo e desenharam-se serviços e programas que se tornaram realidade durante a Copa do Mundo FIFA 2014. Esses serviços valeriam-se – e valeram-se – do chamado sistema de garantia de direitos<sup>1</sup>, previsto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, e da rede de proteção à infância existente no Brasil. Também tomaram como inspiração e referência experiências de outros países que haviam sediado mega-eventos esportivos, como a África do Sul, sede da Copa do Mundo da FIFA em 2010.

Vale lembrar aqui que o Brasil tem, conceitualmente, um sistema de proteção de direitos considerado bom por muitos especialistas, no país e internacionalmente. Mas, na prática, sua implementação ainda requer esforços. A repartição de atribuições e responsabilidades das políticas sociais entre o Governo Federal, os 26 Estados e o Distrito Federal e os 5.570 municípios brasileiros é extremamente complexa, tanto entre esferas de governança quanto entre áreas, como saúde, educação, assistência social, segurança pública. O gráfico abaixo ajuda a ilustrar o sistema de garantia de direitos de crianças e adolescentes.



Nesse desenho de governança, no nível federal, a Secretaria de Direitos Humanos tem a responsabilidade da coordenação do sistema, mas não cabe à SDH determinar que estados ou municípios cumpram uma ação. Sempre é necessário que haja uma pactuação, um encontro de interesses no qual todos ganhem, especialmente as crianças e adolescentes.

Além disso, governo federal, governos estaduais e municipais podem ter formas diferentes de abordar um mesmo objetivo – no caso da Agenda, o de prevenir e intervir em situações de ameaça ou violações concretas de direitos de crianças e adolescentes. Por isso o estabelecimento de parcerias não foi um feito simples. A cada comitê local coube a tarefa de se estruturar de forma a responder aos desafios e necessidades da cidade, a partir da pactuação com a SDH. À Secretaria de Direitos Humanos, coube a articulação desses esforços e de outras iniciativas complementares, que convergiam para a Agenda.

Com base nessa articulação, na troca de experiências e dentro de um marco lógico de proteção, o que

se construiu foi uma rede de proteção dos direitos de crianças no contexto dos mega-eventos e para fortalecer os órgãos que compõem o sistema de garantia de direitos de crianças e adolescentes no país.

### Terceiro desafio, fluxos e trocas

Com uma ampla rede de proteção integral de crianças e adolescentes articulada, um modelo de atendimento desenhado e coordenado, a Agenda de Convergência deveria também dar conta de fazer com que a rede fosse um espaço de troca de experiências, conhecimento e recursos para a mobilização social, num ambiente dinâmico.

A partir da experiência de alguns comitês locais, foram elaborados guias sobre o atendimento a meninas e meninos durante os mega-eventos. Os comitês de Brasília, Porto Alegre, Recife e Salvador, por exemplo, sistematizaram os fluxos que deveriam ser seguidos para o encaminhamento de crianças e adolescentes expostos a situações de vulnerabilidade durante a Copa FIFA 2014.

Esses materiais serviram de base para que o comitê nacional da Agenda propusesse a todos os comitês locais fluxos de encaminhamento para situações como as de preconceito e discriminações relacionadas à gênero, étnico-racial e orientação sexual; negligência e maus-tratos; uso abusivo de substâncias psicoativas; trabalho infantil, formal e informal; população em situação

Além disso, campanhas de informação e mobilização foram desenvolvidas, reunindo governos, ONGs e organismos internacionais, personalidades. Materiais e informações foram compartilhados no âmbito da Agenda e ganharam as redes sociais, os meios de comunicação e as ruas, criando um ambiente de atenção e cuidado com crianças e adolescentes.



Uma publicação do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente da Bahia (Cedeca-BA), Fluxos de proteção de crianças e adolescentes em mega-eventos, consolidou esses caminhos da proteção e foi compartilhado com todos os comitês, tendo servido como base para diversas adaptações locais. O documento está disponível para acesso gratuito em: <http://www.cedeca.org.br/conteudo/noticia/arquivo/0CA51CE7-3048-9A96-82E2FCB10EE4FE32.pdf>

de rua; desaparecimentos temporários; abuso, exploração e tráfico para fins de exploração sexual; adolescentes em conflito com a lei; eventuais casos de excesso de uso da força por agentes públicos; ausência de acessibilidade nos espaços para pessoas com deficiência.

Da Agenda de Convergência nasceu ainda uma inovação social: o aplicativo Proteja Brasil que possibilita que qualquer pessoa com um tablet ou smartphone possa denunciar violações de direitos de crianças e adolescentes de forma simples e anônima, além de acessar dados e informações sobre órgãos do sistema de garantia de direitos de meninas e meninos.

# EM CAMPO: OS ATORES DA AGENDA DE CONVERGÊNCIA

Fazer funcionar uma rede de proteção de direitos como a da Agenda de Convergência demanda pessoas e instituições, mas também exige a reunião de vontades, habilidades e compromissos, a superação das dificuldades impostas pelo modelo de governança do sistema de garantia de direitos das crianças e adolescentes.

Nascida de uma demanda e de mobilização da sociedade civil, a Agenda contava, na esfera nacional, com um comitê nacional. Criado em 2012, era integrado por 34 ministérios, organizações não-governamentais, comitês e fóruns nacionais, universidades, empresas e organismos internacionais.

Na esfera local, foram criados 12 comitês locais, um em cada cidade-sede da Copa do Mundo 2014. Os comitês foram criados em 2013 (nas seis cidades-sede que hospedaram jogos da Copa das Confederações, o evento-teste da FIFA, em junho/julho de 2013: Belo Horizonte, Brasília, Fortaleza, Recife, Salvador, Rio de Janeiro) e em 2014 (nas outras seis cidades-sedes: Cuiabá, Curitiba, Manaus, Natal, Porto Alegre e São Paulo), como resultado de ações de mobilização tanto do comitê nacional quanto na esfera local.

Os comitês reuniram representantes dos governos – estaduais e municipais -, conselhos de direitos da criança e do adolescente estaduais e municipais, organizações da sociedade civil, como o Fórum Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Fórum Nacional DCA).

Essas equipes conviveram com a FIFA, com os comitês organizadores locais (COLs) para a Copa, com as secretarias especiais dos governos municipais e estaduais, as Secopas, estabelecidas temporariamente para a organização da Copa das Confederações e Copa do Mundo.

Comitê nacional e comitês locais tinham sua composição, atribuições e coordenações definidas.

## Comitê nacional

O papel do comitê nacional da Agenda de Convergência foi o de promover a convergência

de objetivos e coordenar os esforços coletivos do chamado time da proteção integral.

## 34 INSTITUIÇÕES E ORGANIZAÇÕES CONSTITUÍRAM O COMITÊ NACIONAL DA AGENDA DE CONVERGÊNCIA

Numa analogia ao esporte, o comitê nacional seria a equipe técnica. Entre suas atribuições estavam a articulação entre as 12 cidades-sede; o acompanhamento, a sistematização e a troca de experiências entre os comitês locais; a mobilização de autoridades e organizações nos estados e municípios para constituição dos comitês locais; o apoio para capacitação dos profissionais que atuaram nos plantões integrados; a formulação de metodologias e fluxos de encaminhamentos de crianças e adolescentes.

Estavam ainda sob a responsabilidade do comitê nacional o desenvolvimento de campanhas de comunicação e mobilização social; o trabalho de agendamento da mídia nacional; a distribuição de material de apoio, como banners, faixas, folders.

Um plano de ação, compostos por seis objetivos e 17 metas de curta duração sintetizavam o conjunto das ações realizadas pelo comitê Nacional e pelos comitês locais.

O comitê nacional também promoveu reuniões, encontros e seminários para sensibilização e mobilização de autoridades nacionais e internacionais e de membros da rede de proteção e do movimento de defesa dos direitos da criança e do adolescente. Foram ao todo 11 encontros que promoveram intercâmbio, capacitação, definição de estratégias coletivas de ação, compartilhamento dos sucessos, enfrentamento de desafios, avaliação das experiências e legados da Agenda para as políticas destinadas à infância e à adolescência.

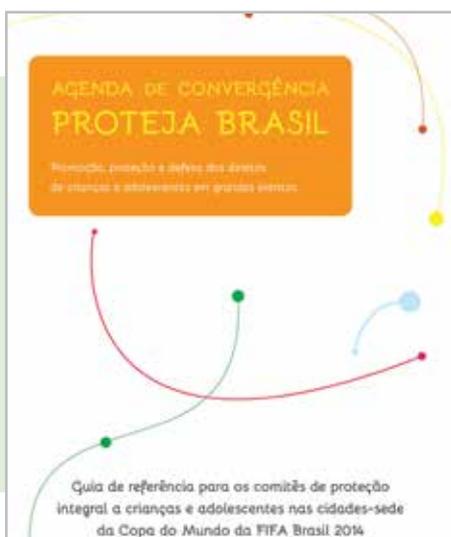


## 11 ENCONTROS NACIONAIS DA AGENDA DE CONVERGÊNCIA FORAM REALIZADOS EM DOIS ANOS

A coordenação do comitê nacional ficou a cargo da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente (SNPDC), vinculada à SDH. Uma coordenação executiva conduzia e mobilizava os membros do comitê para a realização das tarefas; a secretária executiva compartilhava informações, enviava convites para os encontros, fazia o registro das reuniões e apoiava tecnicamente as cidades-sede sempre que necessário.

A tarefa dos comitês locais era realizar a coordenação dos esforços para a prevenção de violações de direitos das crianças e a efetiva realização das ações de proteção integral a crianças e adolescentes, antes, durante e após os eventos (seja a Copa das Confederações, o evento-teste, em junho de 2013, ou a própria Copa do Mundo FIFA, em julho de 2014). Com a experiência da Copa das Confederações em seis das cidades-sede, alguns comitês locais ajudaram a criar e capacitar outros comitês locais, compartilhando suas experiências, o desenho de fluxos de atendimento.

Os comitês locais foram os responsáveis ainda pelas ações de mobilização e capacitação das equipes de atendimento nas cidades, na maioria das vezes com apoio do comitê nacional e dos atores da Agenda.



De forma a apoiar a criação e o trabalho dos comitês locais, o comitê nacional publicou o Guia de Referência para os Comitês de Proteção Integral de Crianças e Adolescentes nas Cidades-Sede da Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014 e Grandes Eventos<sup>2</sup>.

2 Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/assuntos/criancas-e-adolescentes/agenda-de-convergencia/guia-de-referencia-agenda-de-convergencia>

## Comitês locais

Os comitês locais foram formados por um leque variado e abrangente de órgãos públicos (com forte presença dos órgãos da assistência social, saúde, direitos humanos e de proteção da criança e do adolescente), organizações não-governamentais e movimentos sociais. Ao todo, foram reunidas 363 instituições nas 12 cidades.

A atuação dos 12 comitês foi baseada nos chamados planos integrados de proteção. No plano, constavam as ações a serem desenvolvidas, a relação dos equipamentos e serviços da rede disponíveis, a lista dos profissionais que atuariam e suas respectivas atribuições, horário de funcionamento.

**363 INSTITUIÇÕES  
REUNIRAM-SE PARA  
FORMAR OS 12 COMITÊS  
LOCAIS DA AGENDA**

Esses planos baseavam-se nos mapeamentos feitos sobre a situação do sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente nas cidades-sede, numa iniciativa UNICEF, Comitê Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes e o Fórum Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Trabalho do Adolescente (FNPETI). Nesses mapeamentos, identificaram-se as capacidades institucionais para





a implementação de políticas públicas de proteção de crianças e adolescentes e de resposta a possíveis violações de direitos de meninas e meninos no contexto da Copa do Mundo de 2014. Também tornaram disponível uma base preliminar de dados sobre crianças e adolescentes nas cidades-sede para ajudar governos estadual e municipal e a sociedade a aprimorar o atendimento e a proteção dos direitos de crianças e adolescentes.

Foram também construídos fluxos de atendimento para o adequado funcionamento e atuação nos dias de jogos, adaptados de experiências compartilhadas no âmbito da Agenda, como a publicação do Cedeca da Bahia, como vimos acima.

Cada comitê foi criado e oficializado de diferentes formas: normais legais, resolução conjunta dos conselhos estadual e municipal, pela assinatura de termos de cooperação dos municípios das cidades-sede com a Secretaria de Direitos Humanos.

Todos os comitês tinham uma instância de coordenação colegiada, composta por órgãos da prefeitura municipal e do governo do estado ou do Distrito Federal. Nas 12 cidades, 25 instituições foram responsáveis pela coordenação desses comitês. A grande maioria dessas coordenações foi composta por gestores da assistência social do estado e do

município e órgãos de direitos humanos. Em menor escala, também participaram órgãos especializados em políticas para infância e adolescência e órgãos colegiados de promoção de direitos da criança e do adolescente, como os conselhos de direitos<sup>3</sup>.

## 25 INSTITUIÇÕES COORDENARAM OS 12 COMITÊS LOCAIS

A maioria dos comitês trabalhou com comissões e grupos de trabalho. As reuniões eram realizadas de acordo com as demandas de trabalho, mas na maioria delas, os encontros eram quinzenais.

<sup>3</sup> O Estatuto da Criança e do Adolescente determina que os municípios criem e mantenham conselhos municipais dos direitos da criança e do adolescente, que são órgãos deliberativos responsáveis por assegurar prioridade para a infância e a adolescência, como estabelecido pela Constituição Federal. Cabe aos conselhos formular e acompanhar as diretrizes para as políticas de promoção, proteção e defesa dos direitos e a execução dessas políticas de atendimento à infância e à adolescência. Os conselhos contam com a participação da população e não estão subordinados aos governos. Suas deliberações, portanto, devem ser cumpridas pelo governo municipal. Eles também gerem os recursos do Fundo para a Infância e Adolescência municipal. Há também conselhos de direitos nos níveis dos estados, do Distrito Federal e nacional.

# UM TIME ESPECIAL: AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Numa iniciativa da ONG Childhood Brasil, em parceria com a OAK Foundation, meninos e meninas desenvolveram projetos de comunicação e mobilização para promover o direito à proteção de crianças e adolescentes durante a Copa do Mundo FIFA 2014.

Esses rapazes e moças levaram seus projetos para as ruas, aeroportos, hotéis, fan fests e vários outros espaços relacionados com o mundial de futebol.

**Belo Horizonte** - o “Circo de Todo Mundo por Uma Copa de Todo Mundo” contou com jovens para realizar oficinas em vários temas relacionados a direitos, num espetáculo mobilizador de outros jovens.

**Curitiba** - No “Conexão Copa”, jovens participaram de capacitação em direitos humanos e direitos da infância e adolescência, e oficinas de fotografia, redes sociais, reportagem e vídeo. As atividades foram organizadas em escolas, espaços de convivência juvenil e outras entidades.

**Fortaleza** - o projeto “ANA nas Escolas” levou educação em autoproteção às escolas municipais das regiões de maior vulnerabilidade social. Foram realizados encontros com professores e alunos.

**Manaus** - Adolescentes pesquisaram e debateram os riscos de violência e exploração sexual durante a Copa do Mundo e criaram ações de prevenção a partir do projeto “Mobilizando e Agindo pela Proteção na Copa 2014”.

**Natal** - Jovens foram capacitados para multiplicar informação para outros jovens sobre prevenção à exploração sexual no projeto “Virando o Jogo”.

**Recife** - Rapazes foram capacitados pelo projeto “Homens Jovens Mobilizadores” com estratégias de identificação e prevenção da violência sexual. O futebol era o mote para a sensibilização.

**Rio de Janeiro** - O projeto “Soldado Anônimo – Voz para as cabeças” realizou intervenções urbanas para conscientizar moradores e turistas sobre os direitos de crianças e adolescentes.



Jovens do projeto Soldado Anônimo desfilam pela orla do Rio de Janeiro, chamando a atenção de moradores e turistas sobre os direitos de crianças e adolescentes

**Salvador** - O “Na Linha do Gol” produziu vídeos e totens audiovisuais sobre o enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes que foram divulgados no aeroporto de Salvador, na rodoviária e no Pelourinho.

**São Paulo** - No “PIAR em Ninho Virtual”, jovens foram formados como

multiplicadores e contribuíram para a criação de uma cartilha educativa sobre juventude. O projeto incentivou o uso das redes sociais como ferramenta de protagonismo dos jovens na promoção de seus direitos. A cartilha está disponível em: [www.sedes.org.br/Centros/cartilha\\_PIAR.pdf](http://www.sedes.org.br/Centros/cartilha_PIAR.pdf)

## ADOLESCENTES POR UM ESPORTE QUE PROTEGE E INCLUI

Nascida em abril de 2011, a Rede de Adolescentes e Jovens pelo Direito ao Esporte Seguro e Inclusivo, a Rejupe, reúne adolescentes e jovens de 13 Unidades da Federação na defesa e promoção do esporte segundo e inclusivo para todos.

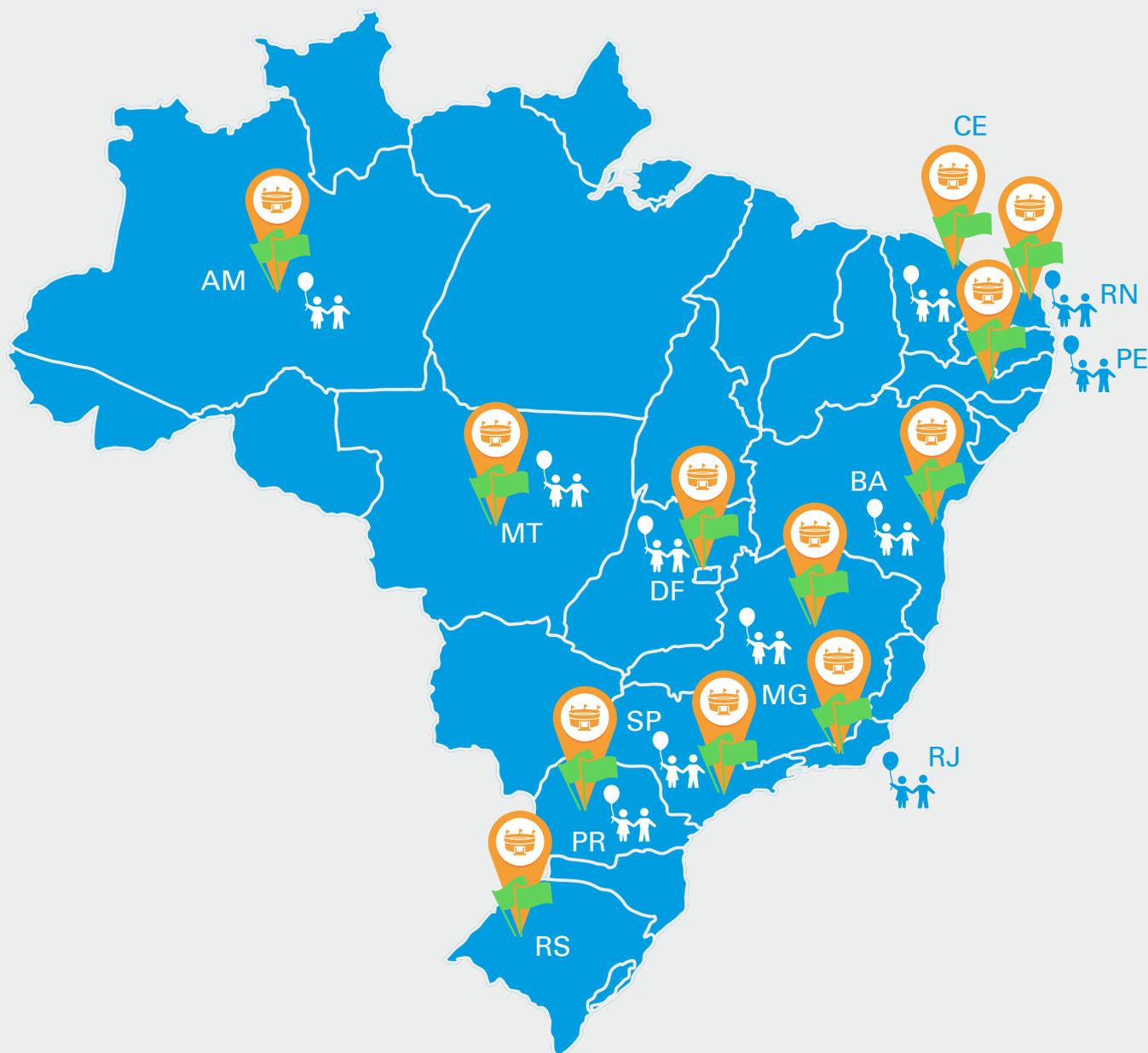
Na rede, eles trocam informações e experiências e agem, juntos, para demandar políticas que garantam a prática de esporte como um direito para cada criança e adolescente. Garotas e garotos do Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e São Paulo reivindicam e propõem legados sociais dos megaeventos esportivos que o Brasil tem sediado desde a fundação da rede.

Na preparação para a Copa do Mundo FIFA 2014, a rede organizou diversos encontros locais pelo direito ao esporte nas cidades-sede do Mundial, ouvindo ideias sobre políticas públicas para a promoção do esporte e levando essas propostas aos gestores municipais. O grupo também organizou a campanha #ondeejogo, na qual registraram e compartilharam imagens dos espaços que usam para a prática esportiva em suas cidades: ruas, praças, terrenos. A garotada tratou de chamar a atenção para o esporte praticado por crianças e adolescentes indígenas, meninos e meninas com deficiência, nas periferias das grandes cidades. Outros temas como maioridade penal, educação e proteção contra violência também foram trabalhados pelos adolescentes da rede, em diferentes ciclos de debates, encontros e atividades culturais pelas cidades.

O UNICEF e o Instituto Internacional para o Desenvolvimento da Cidadania (IIDAC) apoiam a iniciativa desses jovens. É possível saber mais e acompanhar o trabalho da rede pelo site: [www.rejupe.org.br](http://www.rejupe.org.br)



# UM GRANDE TIME



Cidades-sede



Participação de  
crianças e adolescentes



Comitês locais

## Estrutura da equipe

### Organismos e organizações internacionais

UNICEF, Childhood Brasil, Visão Mundial

### Organismos e organizações internacionais

Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério do Desenvolvimento Social, a Secretaria de Vigilância da Saúde, do Ministério da Saúde, Ministério do Turismo, Ministério do Esporte, Secretaria de Comunicação da Presidência da República, organizações não-governamentais, comitês e fóruns nacionais, universidades, empresas, Conselho Nacional de Justiça, Centro Integrado de Comando e Controle da Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos do Ministério da Justiça, Ministério da Defesa/Operação Ágata, a Polícia Rodoviária Federal, a Polícia Federal

### Organismos e organizações estaduais

Governos estaduais e suas secretarias, Conselhos Estaduais dos Direitos da Criança e do Adolescente, Polícias Militares, secretarias de Segurança Pública

### Organismos e organizações municipais

Governos municipais, Conselhos Municipais dos Direitos das Crianças e Adolescentes

## BOLA NA REDE

Em 2011, a campanha Bola na Rede começou a ser planejada. Pessoas, redes, igrejas e organizações foram se juntando à Rede Evangélica Nacional de Ação Social (Renas) com o objetivo de proteger as crianças brasileiras do abuso e da exploração sexual durante a realização da Copa do Mundo FIFA de Futebol.

Antes e durante o Mundial, a Renas promoveu mais de 200 ações de proteção e mobilização de crianças e adolescentes em aeroportos, praças, praias: caminhadas, panfletagens, peças de teatro, mobilizações-relâmpagos (as chamadas *flashmob*), vigílias, escolas bíblicas da Copa (EBC) e a organização de 40 espaços de acolhimento a crianças e adolescentes em 11 das 12 cidades-sede da Copa. Mais de 100 igrejas promoveram as ações, sempre lembrando aos meninos e meninas e à sociedade que a Bíblia cristã mostra, em diversas passagens, como as crianças são importantes e devem ser protegidas.

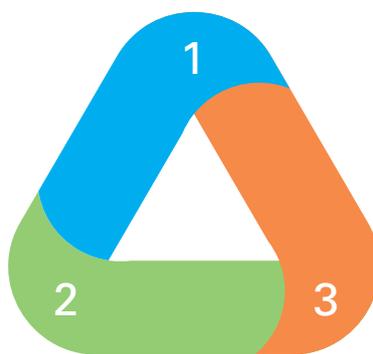
As ações da Renas não se limitaram às cidades-sede. Foram também desenvolvidas em cidades como Coari, a 194 quilômetros de Manaus, e João Pessoa, capital da Paraíba. Contaram ainda com voluntários de igrejas de países vizinhos, como em Porto Alegre, numa parceria da Renas com a coordenação executiva de políticas públicas para a criança e o adolescente e o comitê municipal de enfrentamento à violência e exploração sexual contra crianças e adolescentes. As equipes responsáveis pelo atendimento às crianças receberam treinamento específico para o trabalho em megaeventos com palestrantes vindos do Uruguai, Argentina, Chile e Peru. Atletas evangélicos apoiaram a campanha.

Por seus bons resultados, a iniciativa Bola na Rede manterá ações até 2016, quando a cidade do Rio de Janeiro sediará os Jogos Olímpicos.

# UM MODUS OPERANDI

Com a metodologia de trabalho definido, baseado na ação comitês, nacional e locais, e com uma perspectiva de se fortalecer a capacidade local de proteção das crianças e adolescentes, para os dias de jogos, a rede de instituições reunida na Agenda de Convergência decidiu pela adoção de um modelo de plantão integrado para o atendimento de crianças e adolescentes. O modelo assentava-se num tripé:

## 1. Plantão de atendimento



## 2. Equipe itinerantes

O plantão de atendimento integrado foi inspirado num conceito que em inglês é chamado de *one stop shop*<sup>4</sup>. Ou seja, num único local equipes multidisciplinares se reuniram para evitar que uma criança vítima de violação de direitos tivesse que se deslocar entre diferentes locais e instituições para receber atendimento de saúde, educação, assistência social. Dessa forma era possível agilizar o atendimento de meninas e meninos e seu encaminhamento seja para os espaços de convivência do próprio atendimento integrado, seja retorno à família ou a inclusão numa rede de proteção. O modelo foi adaptado da experiência da Copa do Mundo na África do Sul.

A maior parte dos plantões de atendimento aconteceu nas proximidades das *fan fests* (a festa oficial – organizada pela FIFA – para torcedores que aconteciam durante e logo após as partidas de futebol de cada

<sup>4</sup> Na tradução literal significa parada única, um local onde se encontram todos os serviços necessários sem a necessidade de procurá-los em diferentes lugares. Na Austrália e no Reino Unido o conceito aplica-se a agências de governo, reunidas num único local, para oferecer acesso a políticas de trabalho, moradia, documentação, orientação.

## 3. Espaços de convivência

uma das competições). Alguns poucos plantões foram instalados próximos às arenas de futebol.

As equipes itinerantes, por sua vez, realizaram busca ativa (*outreach work*) nos entornos das arenas e assim puderam prevenir e identificar situações de violações de direitos. Meninos e meninas eram, então, encaminhados para os espaços de convivência.

Os espaços de convivência serviram como base de apoio para meninas e meninos enquanto as providências para a solução de cada um dos casos eram tomadas. Ali, eles podiam assistir jogos, brincar, comer, descansar e desenvolver outras atividades lúdico-pedagógicas.

A estratégia e o modelo de proteção de crianças e adolescentes implementado durante a Copa do Mundo de Futebol FIFA 2014 foram desenhadas, testadas e amadurecidas nos eventos que antecederam o Mundial de 2014: a Copa das Confederações, a Jornada Mundial de Juventude, realizada no Rio de Janeiro, também em 2013, e o Carnaval de 2014.



A seguir, apresentamos esse *modus operandi*.

### Os plantões integrados

A ideia de montar um plantão integrado partiu da necessidade de se integrar ao máximo todos os setores, órgãos, serviços e profissionais relacionados com o enfrentamento das violações contra crianças e adolescentes durante a Copa.

### Modelos de plantões implementados

Em cada cidade e/ou região metropolitana o plantão funcionou segundo a realidade e as possibilidades técnicas e políticas locais. O modelo proposto pela Agenda de Convergência, assentado no tripé compreendido por um plantão integrado, equipes itinerantes e espaços de convivência, funcionou com a reunião de vários órgãos, particularmente da assistência social, da saúde e de direitos humanos, em sete das 12 cidades-sedes (Belo Horizonte, Brasília, Cuiabá, Curitiba, Fortaleza, Manaus e Rio de Janeiro). Em Brasília, Cuiabá, Curitiba e Manaus os três componentes do plantão integral funcionaram de forma concentrada em um único espaço. Nas cidades de Natal e Salvador esse

modelo foi parcialmente implementado, com exceção dos espaços de convivência. Já nas cidades de Porto Alegre, Recife e São Paulo os plantões e espaços de convivências funcionaram descentralizadamente.

### Número de plantões realizados

Foram colocadas em funcionamento 33 unidades de plantão integral nas 12 cidades-sede da Copa do Mundo. Na grande maioria houve apenas uma unidade de plantão integrado. A exceção foi registrada nas cidades de Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo, onde os plantões foram descentralizados. Em Porto Alegre houve uma coordenação geral com unidades descentralizadas. Em Recife, as equipes desenvolveram plantões descentralizados na capital e também em cidades do entorno e em destinos turísticos. No Rio de Janeiro foram implementados três plantões: um na Praça XI, congregando os vários serviços em um local mais próximo ao Maracanã e que funcionou somente nos dias de jogos no estádio, outro na fan fest em Copacabana, que funcionou em todos os dias de jogos, e um plantão no conselho tutelar do bairro de Vila Isabel, que cobriu a área mais próxima ao estádio do Maracanã.

## 33 UNIDADES DE PLANTÃO INTEGRAL FUNCIONARAM NAS 12 CIDADES-SEDE

O número de dias que os plantões foram realizados variou em grande medida, cidade a cidade, de acordo com a quantidade de *fan fests*. A maior concentração de plantões foi nos dias de jogos da Copa na cidade-sede, durante os jogos do Brasil, independente do local de ocorrência, e nos jogos das oitavas, quartas de final, semifinais e final da Copa do Mundo. Em média, foram realizados 25 plantões nas cidades de Brasília, Cuiabá, Curitiba, Manaus, Natal, Recife e Rio de Janeiro. Já as cidades de Belo Horizonte, Salvador e São Paulo tiveram, em média, 14 plantões cada.

### Local e horário de funcionamento dos plantões

A grande maioria dos plantões foi instalada em espaços próximos, mas fora dos locais onde funcionaram as *fan fests*. Apenas em Brasília e Manaus a sede do plantão integrado ficou dentro do espaço da *fan fest*. Os locais para funcionamento dos plantões variaram: órgãos públicos relacionados com a assistência e/ou proteção especial de crianças e adolescentes (Belo Horizonte, Recife, Rio de Janeiro e Salvador); escolas municipais (Curitiba, Natal e Fortaleza); estandes ou tendas (Brasília e Manaus); e organizações não governamentais

(Porto Alegre). Em São Paulo, verificou-se uma composição mista de espaços: órgão público municipal, escola e ONG.

O horário de funcionamento também variou de cidade para cidade. Os horários poderiam ser mais diurnos ou incluir a madrugada. Nove das 12 cidades-sede tiveram seus horários estendidos entre 10 e 23 horas. Para a maioria dos comitês, cada plantão durou, em média, 12 horas.

## CADA PLANTÃO DUROU, EM MÉDIA, 12 HORAS

### Espaços de convivência

Os espaços de convivência foram locais seguros destinados a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, de ameaça ou de violação de direitos, um espaço de espera, enquanto os agentes do plantão tomavam as medidas de proteção necessárias. Serviram ainda como centro de atividades lúdicas, esportivas, culturais, de alimentação e exibição dos jogos durante e depois das partidas de futebol.

Funcionaram, durante o mês de realização da Copa do Mundo FIFA 2014, 30 espaços de convivência. Em algumas cidades, havia dois espaços, em outra, nove.



## FUNCIONARAM DURANTE O MÊS DE REALIZAÇÃO DA COPA 2014 30 ESPAÇOS DE CONVIVÊNCIA

Esses espaços de convivência foram instalados em locais contíguos ou conectados com os plantões em seis cidades-sede da Copa (Brasília, Cuiabá, Manaus, Natal, Porto Alegre e Rio de Janeiro). Em Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Recife e São Paulo funcionaram em locais separados, sendo que em Fortaleza e em São Paulo foram registrados dois tipos de experiências: plantões integrados aos espaços de convivência e plantões com espaços de convivência em espaços diferentes.

Em Salvador o espaço de convivência foi aberto, mas fechado logo nos primeiros dias, porque estava instalado distante do circuito utilizado pelas pessoas durante a Copa do Mundo, o que inviabilizou sua utilização. Já em Natal, o espaço funcionou durante o mês de junho no mesmo local do plantão integrado, mas foi desativado em julho por conta da baixa demanda e porque a equipe foi deslocada para atender famílias desabrigadas pelas chuvas que assolaram a cidade na época do Mundial e fizeram diminuir consideravelmente o fluxo de pessoas nas ruas.

## UM DESAFIO DE DEFESA CIVIL

Em 15 de junho de 2014, durante a primeira fase da Copa do Mundo, a cidade-sede de Natal decretou estado de calamidade pública por causa das chuvas.

A experiência ali lembra a necessidade de que cidades-sede dos mega-eventos contem com um plano de contingência e mitigação de eventuais emergências climáticas. O plano faria com que a Defesa Civil se integrasse às redes de proteção social, com profissionais de saúde, assistência social, educação.

Os dias de funcionamento e carga horária dos espaços de convivência seguiram, em geral, o calendário dos plantões integrados.

### Equipes itinerantes

Foram equipes de profissionais (principalmente educadores sociais, mas não somente) que realizaram busca ativa por crianças e adolescentes em situação de ameaça ou de violação de direitos nos espaços que formavam o circuito Copa do Mundo em cada uma das 12 cidades-sede.

Em geral, o itinerário percorrido pelas equipes incluiu os locais mais movimentados nos dias de jogos, como o entorno dos estádios e, principalmente, o interior das *fan fests*. As buscas foram realizadas de forma contínua e programada para identificar situações de risco e prevenir violações de direitos. Outra tarefa das equipes itinerantes foi atuar na sensibilização do público em geral. Para isso, distribuíram material educativo, panfletos das campanhas (leia mais sobre as campanhas no capítulo 6).

Nas 12 cidades, atuaram ao todo 37 equipes itinerantes. Algumas cidades contaram com uma equipe, outras com seis. Em Curitiba, a Fundação de Ação Social implementou o projeto Curitiba mais proteção, para intensificar a vigilância e o atendimento de crianças e adolescentes em situação de abuso/exploração sexual, trabalho infantil ou outra forma de violação de direitos. O comitê de Brasília utilizou um serviço já existente, o Serviço Especializado de Abordagem Social/Cidade Acolhedora, com duas equipes, cada uma com cinco profissionais. Uma equipe trabalhou próxima ao estádio Mané Garrincha nos dias de jogos e outra na fan fest. O comitê de Recife integrou uma ação do Governo de Pernambuco e desenvolveu um trabalho preventivo em cidades costeiras - importantes destinos turísticos da região -, que contou com a participação de cerca de 50 equipes, cada uma com três educadores.

### Profissionais envolvidos e tipo de estrutura implantada

Os mais de 2.500 mil profissionais<sup>5</sup> que atuaram nas atividades do plantão integrado distribuíram-se entre postos de atendimento, equipes itinerantes

<sup>5</sup> Fonte: PROTEJA BRASIL. Proteção integral de crianças e adolescentes no contexto dos megaeventos esportivos: uma agenda de convergência no Brasil (documento síntese). Brasília, 2015.



e espaços de convivência. Os plantões foram compostos, majoritariamente, por profissionais das áreas de assistência social dos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)<sup>6</sup> e órgãos específicos de proteção à criança e ao adolescente das secretarias de direitos humanos. As equipes eram formadas por assistentes sociais, psicólogos e profissionais de serviços gerais. Os profissionais de saúde também participaram ativamente, e de maneira integrada, no mesmo espaço físico ou em unidades de saúde próximas, geralmente unidades móveis. Essas unidades da saúde, em boa parte, atenderam não somente crianças e adolescentes, mas a população em geral.

---

6 Os centros de referência especializados de assistência social (Creas) ofertam serviços especializados e continuados a famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos (violência física, psicológica, sexual, tráfico de pessoas, cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, etc.). O foco do trabalho são as famílias. Os centros podem ter abrangência tanto local (municipal ou do Distrito Federal) quanto regional, abrangendo, neste caso, um conjunto de municípios.

As equipes itinerantes foram compostas também por educadores sociais, em geral, já habituados com o trabalho de educação social de rua. Nos espaços de convivência, o perfil das equipes era semelhante ao das equipes dos plantões integrados. Houve ainda participação de profissionais da área da educação e oficinas, profissionais com habilidades específicas para realizar oficinas de leitura, teatro, música.

### **Sistema de registro e números**

Os comitês locais utilizaram diferentes instrumentos para registrar os dados dos atendimentos a crianças e adolescentes. Em alguns casos, o mesmo comitê utilizou diferentes ferramentas, de acordo com a modalidade de atendimento (plantão, equipe itinerante e espaço de convivência). Em geral, os comitês utilizaram o formulário de registro unificado, elaborado pelo comitê nacional da Agenda de Convergência, intitulado [Ficha de coleta de dados do Observatório de Violações – Agenda de Convergência – Proteja Brasil](#).

# FICHA DE COLETA DE DADOS DO OBSERVATÓRIO DE VIOLAÇÕES

## AGENDA DE CONVERGÊNCIA 2014

### Comitês locais de proteção integral

UF	
Município	
Nome do Comitê Local	
Data de preenchimento	
Nome do responsável pelo preenchimento	

### 1. Marco Situacional do Estado

Principais Violações de Direitos	
Composição da Rede de Proteção à Infância	
Composição da Rede para Atendimento da População em Situação de Rua	

### 2. Faça uma breve descrição e avaliação das ações desenvolvidas quanto:

Fortalecimento da Capacidade Institucional	
Estratégias de Comunicação/Campanha	
Capacitação	
Mobilização Social	
Fortalecimento dos Canais de Denúncia (Disque 100, Aplicativo, outros)	
Estratégias com o Comitê de População em Situação de Rua	
Fan Fest	
orçamento	

### 3. Plantão

Composição, Integrantes e Função (Quantitativo)	
Localização	
Infraestrutura	

Dias e carga horária de funcionamento	
Coordenação	
Equipamentos rede	
Diretrizes e fluxos de atendimento	
Participação e integração dos Órgãos	
Registro de atendimentos	
Estratégias de encaminhamento	
Articulação com os municípios do entorno	
Articular com o Comitê Organizador Local da FIFA (COL)	
Estratégias para garantia de direitos de Adolescentes em conflito com a lei	

#### 4. Equipes Itinerantes

Composição, Integrantes e Função (Quantitativo)	
Estratégias de abordagem	
Relacionamento da Equipe Itinerante com o Plantão	
Registro de atendimento	
Estratégias de encaminhamento	

#### 5. Espaço de Convivência

Composição, Integrantes e Função (Quantitativo)	
Localização	
Infraestrutura	
Dias e carga horária de funcionamento	
Coordenação	
Registro de atendimentos	

#### 6. Sugestões

Maior integração da rede de proteção	
Realização de futuros megaeventos	

## 7. Legado

Quais foram os legados da realização da Copa do Mundo no Brasil para as crianças e adolescentes?	
--	--

## 8. Orientações

Obrigado pela cooperação!

O relatório deve ser encaminhado para a secretaria Nacional de Direitos Humanos aos cuidados de:

Juliana Petroceli - email: [juliana.petroceli@sdh.gov.br](mailto:juliana.petroceli@sdh.gov.br)

Isadora Garcia – email: [Isadora.garcia@sdh.gov.br](mailto:Isadora.garcia@sdh.gov.br)

## RECURSOS HUMANOS/ QUANTIDADE DE REPRESENTANTES

	Comitê	Plantão	Equipe Itinerante	Espaço Temporário	TOTAL
Estado					
Município/DF					
Conselho dos Direitos					
Conselho Tutelar					
MP					
MPT					
Defensoria					
Juiz					
Assistência social					
Saúde					
Educação					
Turismo					
Trabalho					
Esporte					
Outros					

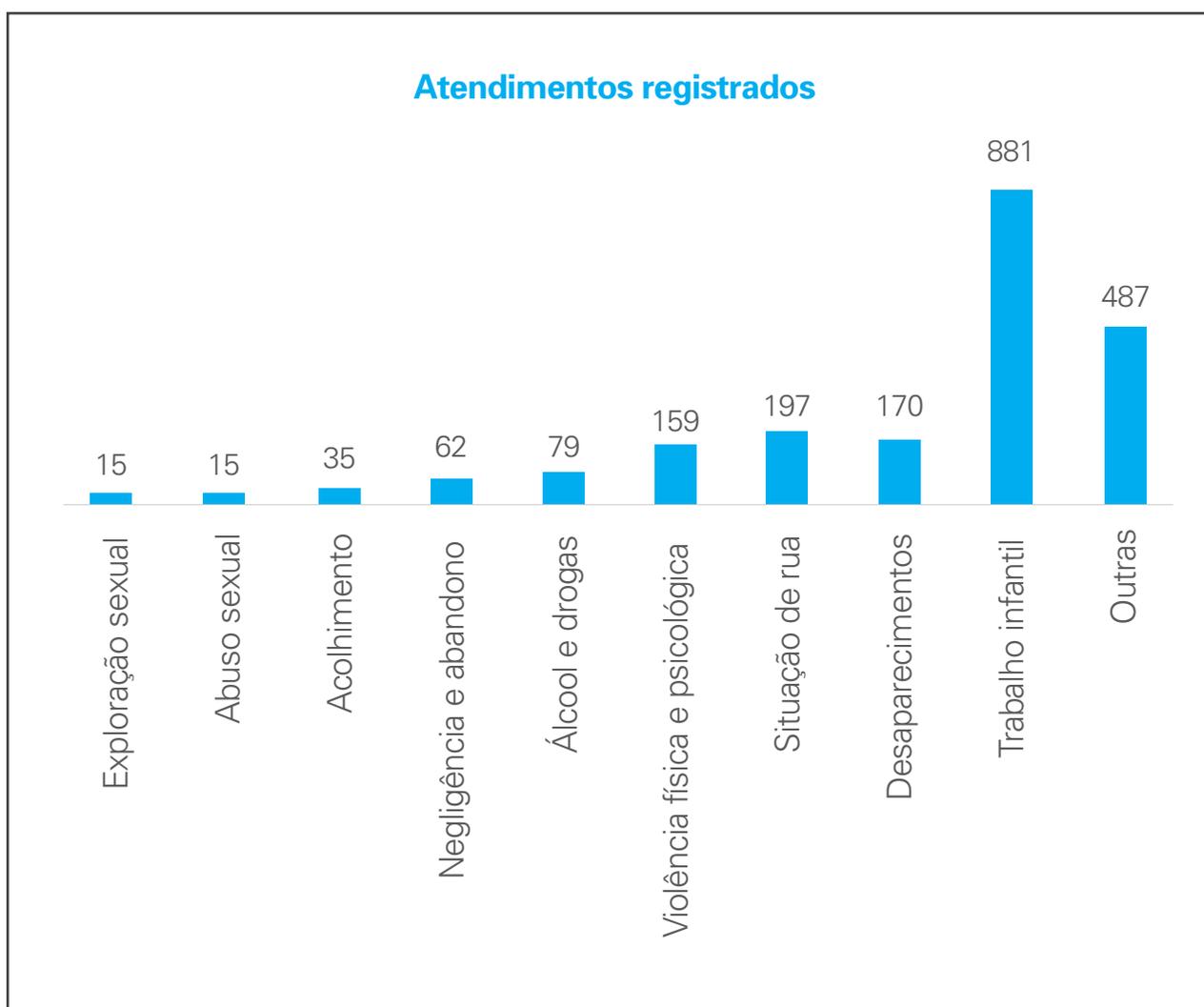
## DADOS DE ATENDIMENTO/ QUANTIDADE

	<b>Plantão</b>	<b>Equipe Itinerante</b>	<b>Espaço Temporário</b>	<b>TOTAL</b>
Violência Sexual				
Trabalho Infantil				
Situação de Rua				
Uso de Álcool e Outras Drogas				
Crianças/Adolescentes Perdidos/ Desaparecidos				
Apreensão de Adolescentes em Conflito com a Lei				
Negligência/ Abandono				
Violência Policial				
Outras ocorrências ou fatos relevantes				

## Os comitês em ação

Nas 12 cidades-sede, os plantões integrados registraram 2.100 atendimentos nos 30 dias de realização dos jogos<sup>7</sup>. Das ocorrências, a grande maioria foi relativa ao trabalho infantil e ao uso abusivo de substâncias psicoativas - particularmente álcool -, seguidas por casos de desaparecimentos de meninos e meninas.

7 PROTEJA BRASIL. Proteção integral de crianças e adolescentes no contexto dos megaeventos esportivos: uma agenda de convergência no Brasil (documento síntese). Brasília, 2015.



**2.673**  
PROFISSIONAIS<sup>8</sup>.  
TRABALHARAM NOS  
PLANTÕES

8 Fonte: PROTEJA BRASIL. Proteção integral de crianças e adolescentes no contexto dos megaeventos esportivos: uma agenda de convergência no Brasil (documento síntese). Brasília, 2015.

**2.100**  
ATENDIMENTOS OS  
PLANTÕES INTEGRA-  
DOS FIZERAM EM  
30 DIAS

**MAIS DE 2.500**  
PROFISSIONAIS  
TRABALHARAM NOS  
PLANTÕES  
INTEGRADOS NAS 12  
CIDADES-SEDE

## APROVEITAMENTO **ESTRATÉGICO** DE AÇÕES



Além disso, alguns comitês locais destacaram-se, estendendo sua atuação para além dos seus limites territoriais da cidade-sede. Belo Horizonte, Cuiabá, Curitiba e Recife desenvolveram ações articuladas que também alcançaram municípios do entorno desses centros urbanos (cidades da região metropolitana, cidades turísticas), num trabalho de sensibilização, planejamento do fluxo de atendimento e articulação entre municípios.

Em Minas Gerais, o trabalho do comitê de Belo Horizonte alcançou 42 municípios da região metropolitana, onde vivem cerca de 5,8 milhões de pessoas. No caso de Pernambuco, a Secretaria Estadual da Criança e da Juventude aproveitou a rede do já existente programa Atenção Redobrada para sensibilizar essas cidades a redobrar atenção para um potencial aumento de violações de direitos de crianças e adolescentes durante a Copa do Mundo FIFA 2014. O programa

desenvolveu e apoiou ações preventivas e de enfrentamento ao trabalho infantil, exploração sexual, consumo de bebidas alcoólicas, situação de rua e outras violações de direito a crianças e adolescentes, numa ação conjunta do estado e dos municípios.

É fundamental lembrar, porém, que os atendimentos foram uma parte – importante, mas parte – do trabalho dos comitês. Em cada uma das 12 cidades-sede, o grande esforço foi o de prevenir violações de direitos de crianças e adolescentes. Ainda que com graus de articulação e capacidade distintas, cada um dos 12 comitês locais lembrou à população os direitos de crianças e adolescentes, criando um sentimento de correponsabilidade – como prevê a Constituição brasileira – e engajou os membros dos comitês locais, para oferecer capacidade de resposta rápida com o objetivo de proteger meninos e meninas.

# UM ESFORÇO DE PREPARAÇÃO E PLANEJAMENTO

Se falamos de megaeventos esportivos, a analogia entre a preparação para a proteção integral de crianças e os planos de treinamento de atletas é inevitável. Como um desportista que se prepara para uma competição, pessoas e instituições que participaram da Agenda de Convergência estabeleceram calendários, metas e empenharam esforços de planejamento, coordenação e atuação. Foi um trabalho intenso que se desdobrou por dois anos.

Pode-se dividir a Agenda em cinco etapas:

1. A fase pré-Copa das Confederações
2. O período durante a Copa das Confederações
3. A fase pós-Copa das Confederações e anterior à
4. Copa do Mundo de Futebol FIFA
5. O período durante a Copa do Mundo
6. O período pós-Copa

O período que antecede a Copa das Confederações, realizada em julho de 2013, tem início no mês de

agosto de 2012, dois anos, portanto, antes da Copa do Mundo FIFA no Brasil. É nessa etapa que foram constituídos os comitês locais nas seis cidades que sediarão os jogos da Copa das Confederações.

A segunda etapa da Agenda vai de 15 a 30 de junho de 2013, quando o Brasil sedia a Copa das Confederações, evento-teste para a Copa do Mundo.

Por causa das manifestações, em algumas cidades, como em Belo Horizonte, as ações dos comitês locais tiveram que ser suspensas por causa dos protestos. Ainda nessa etapa, logo depois da Copa das Confederações, a cidade do Rio de Janeiro voltou a colocar em práticas ações de proteção de crianças e adolescentes por meio de seu comitê local, batizado de comitê de proteção integral da criança e do adolescente para os megaeventos do Rio de Janeiro. Durante a Jornada Mundial da Juventude, realizada no final do mês de julho de 2013, a lógica do atendimento integrado continuou a valer.



## #NAOVAITERCOPA

Foi nesse período que o país foi sacudido por uma série de manifestações populares que pediam mais e melhores políticas de saúde, educação, mobilidade urbana. Centenas de milhares de pessoas, principalmente jovens, ocuparam ruas e praças das maiores cidades do Brasil. Foram as maiores mobilizações no país desde as manifestações pelo *impeachment* do então presidente Fernando Collor de Mello em 1992. Segundo pesquisas de opinião, os protestos chegaram a contar com até 84% de simpatia da população<sup>9</sup>. Parte dos movimentos tencionou a realização da Copa do Mundo e o uso de recursos públicos para a organização do mundial de futebol, sob o lema #naovaitercopa.

<sup>9</sup> Segundo pesquisa do Ibope, Manifestações agradam a 84% dos brasileiros (6 de agosto de 2013). In: <http://noticias.r7.com/brasil/manifestacoes-agradam-a-84-dos-brasileiros-diz-pesquisa-ibope-06082013>. Acesso em 5 de outubro de 2015.



A terceira etapa começa quando termina a Copa das Confederações e, no caso do Rio de Janeiro, a Jornada Mundial da Juventude. Arrefecidos os protestos de rua, os atores mobilizados em torno da Agenda de Convergência empenharam-se em consolidar as lições aprendidas até então.

Um balanço das ações realizadas durante a Copa das Confederações foi compartilhado em agosto de 2013, durante o 4º Encontro Nacional da Agenda. Ali, encontraram-se representantes das seis cidades-sede da Copa das Confederações e representantes das outras seis cidades que sediariam jogos da Copa do Mundo de Futebol FIFA em 2014 - São Paulo, Porto Alegre, Manaus, Cuiabá, Natal e Curitiba – começaram, então, a estruturar seus comitês locais, a partir das lições já aprendidas e compartilhadas.

O foco da Agenda foi reajustado. Inicialmente voltado para a proteção de crianças e adolescentes contra a violência sexual, as instituições mobilizadas no âmbito da Agenda perceberam, durante a Copa

das Confederações, um escopo mais amplo de situações: negligência e outros tipos de violência, trabalho infantil, desaparecimento temporário de crianças e adolescentes, uso e abuso de álcool e outras substâncias psicoativas, cometimento de delitos por adolescentes e situações de abuso da força por agentes do estado.

O campo de intervenção foi então ampliado. Para além das 12 cidades-sedes da Copa de 2014, a Agenda passou a considerar e centrar atenção em portos secos, portos marítimos e fluviais e municípios bifronteiriços. Havia uma grande atenção a um deslocamento massivo de visitantes vindos de países vizinhos, que cruzavam as fronteiras secas do Brasil.

O público da Agenda de Convergência também ganhou amplitude. Além das crianças, a defesa dos direitos da população em situação de rua e o acompanhamento de casos de violação de direitos envolvendo pessoas com deficiência e a população LGBT foram incorporados à Agenda.

## UM OLHAR MAIS AMPLO

A exemplo do que foi feito para crianças e adolescentes, em futuros mega-eventos, recomenda-se que sejam mapeados os riscos que podem afetar grupos populacionais como LGBT, pessoas com deficiência e populações de rua. Um mapeamento de riscos inclui:

- i.** a localização dos grupos vulneráveis;
- ii.** o entendimento de quais são as vulnerabilidades e os desafios para seu enfrentamento ;
- iii.** a identificação das capacidades instaladas de atendimento;
- iv.** a elaboração de detalhada matriz de responsabilidades: que órgãos e instâncias são responsáveis pelas políticas e ações;
- v.** a identificação das instâncias de decisão e os fluxos de atendimento;
- vi.** o monitoramento cuidadoso e preciso dos casos de violações;
- vii.** o acompanhamento das respostas já trabalhadas que, por sua vez, ajudam a identificar necessidades de fortalecimento institucional, de capacitação, de diálogo com o setor de segurança e justiça;
- viii.** o desenho de um programa ou projeto de atendimento que seja planejado e com ações integradas.

Em geral, programas que contam com mapeamento de riscos permitem:

- i.** a detecção das pessoas na iminência de serem afetadas;
- ii.** monitoramento da situação;
- iii.** capacidade de reportar situações tanto de vulnerabilidade quanto de violação de direitos;
- iv.** a condução de ações que assegurem os direitos de todas as pessoas;
- v.** maior integração de ações e políticas.

**272 MIL**  
TURISTAS  
CIRCULAM PELO BRASIL NA  
COPA DAS CONFEDERAÇÕES<sup>10</sup>

## **3,7 MILHÕES** DE FIÉIS CATÓLICOS NO RIO DE JANEIRO PARA A JORNADA MUN- DIAL DA JUVENTUDE

Os atores reunidos na Agenda de Convergência buscaram, então, intensificar o diálogo com o Grupo Executivo da Copa do Mundo no governo federal (formado por oito ministérios) e junto aos comitês da FIFA.

A iniciativa começava a ganhar mais institucionalidade.

O comitê nacional da Agenda definiu e tornou público seu plano de ação estratégico para o Mundial de Futebol de 2014 que sintetizava o conjunto de ações realizadas por todos os comitês:

- a) articulação intersetorial, multi-institucional e intraesferas de governo para coordenação dos esforços da sociedade;
- b) realização de campanhas educativas;
- c) desenvolvimento de ações formativas visando prevenir violações de direitos de crianças e adolescentes e orientar operadores de direitos e sociedade em geral;
- d) fortalecimento da capacidade institucional dos órgãos do sistema de garantias de direitos da criança e do adolescente;
- e) realização dos plantões inter e multi-institucionais em localidades próximas às áreas de abrangência dos megaeventos esportivos, bem como ações culturais e esportivas com crianças e adolescentes em escolas e centros comunitários;
- f) documentação, monitoramento e avaliação das ações desenvolvidas.

<sup>10</sup> 10% deles são estrangeiros, segundo estudo da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – Fipe.

## **SEIS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E 17 METAS DE CURTA DURAÇÃO COMPUNHAM O PLANO DE AÇÃO DO COMITÊ NACIONAL DA AGENDA DE CONVERGÊNCIA**

Nesse período, mais um novo teste foi feito para as ações de proteção integral, dessa vez no Carnaval. As cidades de Fortaleza, Recife, Rio de Janeiro e Salvador colocaram o plano de ação estratégico da Agenda em prática. Em âmbito nacional, a Secretaria de Direitos Humanos e o Ministério do Turismo intensificaram a mobilização da campanha Proteja Brasil, com o objetivo de combater a violência e a exploração sexual de meninos e meninas.

O princípio da convergência e da coordenação ganhou corpo ainda no *Guia de Referência para os Comitês de Proteção Integral de Crianças e Adolescentes nas Cidades-Sede da Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014 e Grandes Eventos*. O documento reunia orientações e informações técnicas para o trabalho dos 12 comitês locais<sup>11</sup>.

Naquele momento pré-Mundial, os últimos comitês locais foram instalados. O desenho da Agenda, sua metodologia de cuidados e atenção com as crianças e adolescentes estavam testados, compartilhados, articulados em seus vieses internacional, nacional e local.

Chegava, então, o grande momento: a hora de, efetivamente, se entrar em campo. A Copa do Mundo de Futebol tem início numa quinta-feira, dia 12 de junho de 2014.

A Agenda entra em ação nas 12 cidades-sede. Alguns desafios para a proteção de crianças e adolescentes foram superados da Copa das Confederações para a Copa do Mundo. Outros, no entanto, persistiram – como o trabalho de crianças como vendedores ambulantes, na maioria das vezes, acompanhando seus pais, eles também vendedores ambulantes. Essa é uma situação ainda persistente no Brasil: o trabalho infantil de meninos e meninas acompanhando os pais ou ajudando a complementar a renda familiar em atividades no mercado informal. Importante lembrar que nos dias de jogos do Mundial, decretou-se feriado nas cidades. Isso quer dizer que as escolas estiveram fechadas e algumas

<sup>11</sup> O documento está disponível na página da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República: <http://bit.ly/1zejwb5>

famílias, então, podem ter precisado levar os filhos consigo, nesse trabalho pelas ruas.

Deixar espaço de cerca de 20 linhas para o ponto do trabalho infantil x famílias x escolas.

## **1 MILHÃO**

DE TURISTAS ESTRANGEIROS  
VISITARAM O BRASIL DURANTE A  
COPA

## **3 MILHÕES**

DE TURISTAS DOMÉSTICOS CIR-  
CULARAM PELO PAÍS

# O PLANEJADO E A PRÁTICA

Sempre há uma distância entre o que se imagina, o que se planeja e o que se consegue executar. Não foi diferente no caso dos comitês nacional e locais da Agenda de Convergência. Ao longo do trabalho, a prática demonstrou-se diferente do que havia sido pensado, mas o modelo de trabalho da Agenda permitiu que se aprendesse com essas surpresas e, sobretudo que se aprimorassem planejamento e ações. Fundamental foi ter testado o modelo de trabalho a Copa das Confederações, em 2013.

O quadro abaixo resume de forma rápida alguns dos pontos onde a prática ajudou a adaptar respostas e ações.

O PLANEJADO	A PRÁTICA
Os 12 comitês locais teriam um grau de articulação, de engajamento e orçamentos semelhantes	Houve diferenças razoáveis no nível de amadurecimento das articulações, na formalização dos Comitês, no compromisso com a agenda da infância e da adolescência e orçamento disponibilizado para levar a cabo as ações necessárias
Plantão integrado único, com a concentração de todos órgãos de proteção a crianças e adolescentes concentrados em um mesmo espaço	Não foi viável em todas as cidades. Um modelo recorrente de atuação foi o de plantões por segmentos institucionais descentralizados: os órgãos de assistência social, saúde e proteção especial concentraram-se em um mesmo espaço ou em áreas próximas às atividades da Copa, enquanto os órgãos de segurança e justiça desenvolveram ações integradas em espaços diferentes aos do plantão social.
Atendimento exclusivo para crianças e adolescentes	As ações da Agenda de Convergência também apoiaram a prestação de serviços à população adulta em situação de rua atuaram em casos de emergência/desastres, como, por exemplo, no caso de Natal, no Rio Grande do Norte, afetada por fortes chuvas no período da Copa: 100 famílias ficaram desabrigadas em função de alagamentos.
Casos de exploração sexual de crianças e adolescentes, especialmente aqueles relacionados ao setor do turismo, eram a maior fonte de preocupação dos segmentos de defesa dos direitos da criança e foco importante de interesse da imprensa nacional e internacional	Casos de trabalho infantil, desaparecimentos temporários e crianças e adolescentes em situação de rua foram as situações de violação mais denunciadas.
As ações de comunicação seriam escalonadas no tempo e seriam objeto de planejamento específico	As ações de mobilização, articulação, comunicação e capacitação foram desenvolvidas, na maioria das vezes, de forma independente e simultânea por cada um dos comitês locais.

Na quinta e última etapa da Agenda, era hora de fazer o balanço da iniciativa, a sistematização dos números e legados e uma análise de recomendações.

Em agosto de 2014, o 10º Encontro Nacional da Agenda de Convergência foi o fórum para uma ampla avaliação da iniciativa. Cinco meses depois, no 11º Encontro Nacional da Agenda, o documento *Agenda de Convergência para Proteção Integral de Crianças e Adolescentes e da População de Rua em Contexto dos Megaeventos Esportivos* foi compartilhado com aqueles que atuaram para fazer da Agenda uma realidade.

Depois da Copa do Mundo FIFA, o Brasil seguiu o debate de estratégias para a continuidade dos trabalhos da Agenda de Convergência. Os focos são a implementação da gestão de uma política integral continuada no país e o fortalecimento do sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente, previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como os desafios de pensar a transversalidade da política de direitos humanos no Brasil.

Em outubro de 2015, o Brasil foi sede dos Jogos Mundiais Indígenas que mereceu uma atenção

especial na adaptação da metodologia da Agenda. Em 2016, será sede dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos. A meses do megaevento, procura-se aprimorar e ampliar as ações do comitê local do Rio de Janeiro, assim como, mobilizar comitês em outras cidades que sediarão alguns jogos da Olimpíada.

Globalmente, o desafio de garantir os direitos de crianças e adolescentes segue convidando à inovação, à articulação, ao diálogo e à ação. Para contribuir na construção de uma agenda global de proteção no âmbito dos megaeventos esportivos, relatório de sistematização da experiência da Agenda de Convergência foi entregue à Embaixada da Rússia no Brasil. A Rússia sediará a próxima Copa do Mundo de Futebol FIFA, em 2018.

Em novembro de 2015, a metodologia da Agenda de Convergência também foi apresentada pela representante permanente do Brasil em Genebra, num evento organizado pela *Wilton Park* (agência ligada ao Ministério das Relações Exteriores do Reino Unido), pela missão da Suíça em Genebra e pelo Institute for Human Rights and Business sobre direitos humanos e megaeventos esportivos, em Montreux, na Suíça.



## O DESAFIO DA DOCUMENTAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO DAS AÇÕES DA AGENDA DE CONVERGÊNCIA

A Agenda de Convergência é uma experiência que pode ajudar a definir bases e referências para outros megaeventos no Brasil e no mundo. Por isso, o trabalho de documentação e sistematização, monitoramento e avaliação de suas ações foi considerado essencial para que os resultados da Agenda – tanto os sucessos quanto as dificuldades, mas principalmente seu processo – pudessem ser compartilhados.

Os comitês locais foram orientados a buscar maneiras de registrar processos e ações. Esses seriam os subsídios para o monitoramento e avaliação das experiências locais e para uma visão do conjunto da Agenda. Para a gestão dessa informação foram elaborados e tornados disponíveis três instrumentos: um formulário para registrar o perfil dos comitês locais e as atividades de planejamento que precederam a Copa do Mundo; formulários de registro de informações das ações educativas e de atendimento; e o formulário-roteiro para elaboração do relatório das atividades desenvolvidas pelos comitês locais da Agenda de Convergência durante a Copa do Mundo FIFA 2014.

Contudo, a capacidade de documentação e gestão de informação mostrou ser uma área que merece mais atenção e, eventualmente, ser objeto de capacitação específica, sobretudo no nível local. Durante o trabalho da Copa do Mundo FIFA, somente a metade dos comitês locais elaboraram relatórios com descrição e avaliação das atividades desenvolvidas. Havia pontos focais para documentação dos trabalhos em cada uma das cidades-sede, num esforço de monitoramento promovido pela SDH. Ainda assim, as informações não foram, em boa parte, registradas de forma consistente e sistemática. Após a realização do Mundial, um trabalho de consolidação da Agenda permitiu resgatar boa parte das atividades desenvolvidas, principalmente por meio dos informes dos comitês realizados durante os 11 encontros nacionais dos comitês da Agenda.

## ACOMPANHAR E AVALIAR PARA APRIMORAR

Nas próximas iniciativas de trabalho em rede, o aspecto de monitoramento e avaliação das ações pode ser aprimorado. É essencial que todos os envolvidos compreendam – e engajem-se no registro e na geração de dados e informações que sejam precisas, bem fundamentadas.

Para muitos, o trabalho de registro pode ser visto como uma demanda a mais, quando,

muitas vezes, há tanto por fazer. Mas é importante que todos tenham claro que quanto mais e melhor informação, reunida de forma organizada e sistematizada, mais robustez ganha o processo de aprimoramento e formulação de políticas públicas de proteção e de direitos humanos, mais as ações podem, efetivamente, proteger crianças, adolescentes e outros grupos populacionais.

## AS ETAPAS DO JOGO



**30 de outubro de 2007:** A Fifa anuncia oficialmente o Brasil como sede da Copa do Mundo de 2014. O país recebe a competição pela segunda vez após 64 anos



**Abril de 2011** – Nasce a Rede de Adolescentes e Jovens pelo Direito ao Esporte Seguro e Inclusivo (Rejupe), a partir do encontro de garotas e garotos de 11 estados brasileiros, num encontro promovido pelo UNICEF e Instituto Internacional para o Desenvolvimento da Cidadania (IIDAC)



**Agosto de 2011** - A Childhood Brasil promove oficina para a troca de experiências sobre proteção de crianças e grandes obras. Ali nasce a ideia de uma agenda de convergência entre as organizações não governamentais, universidades, setor privado e poder público para a proteção, prevenção e enfrentamento das situações violência sexual de crianças e adolescentes.



**Agosto e setembro de 2012** – Reunião com a ONG sul-africana Child Welfare, com balanço sobre proteção de crianças e adolescentes na Copa do Mundo de 2010, realizada na África do Sul. Criado o Comitê Nacional da Agenda de Convergência, constituído por 34 organizações



**Outubro de 2012 (a partir de, até 2014)** – Realizados 10 encontros entre os comitês nacional e locais com o objetivo de debater a formação das pessoas que atuariam nos eventos e alinhar ações



**Março de 2013** – Criado em Recife o comitê local de proteção integral a crianças e adolescentes nos Grandes Eventos de Pernambuco; e em Salvador, o comitê de proteção integral às crianças e adolescentes em grandes eventos da Bahia



**Abril de 2013** – Criado, em Belo Horizonte, o comitê mineiro de proteção à criança e ao adolescente nos grandes eventos; em Brasília, o comitê de proteção da criança e do adolescente para os grandes eventos do Distrito Federal; e no Rio de Janeiro o comitê de proteção integral da criança e do adolescente para os megaeventos do Rio de Janeiro



**18 de maio de 2013** – Lançada a campanha permanente Proteja Brasil ([www.protejabrasil.com.br](http://www.protejabrasil.com.br)), uma iniciativa do governo federal



**06 de junho de 2013** – Primeiras manifestações populares ganham as ruas das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Uma semana depois, milhões de pessoas – principalmente jovens – ganham as ruas das principais cidades do país para pedir mais e melhores políticas públicas de saúde, educação, transporte. Críticas aos recursos destinados à Copa do Mundo integram os protestos, que ganham a mídia nacional e internacional. A polícia reprime algumas das manifestações de forma violenta



**23 a 28 de julho de 2013** – O Brasil sedia a Jornada Mundial da Juventude, com a presença do Papa Francisco milhões de fiéis católicos no Rio de Janeiro. Houve atuação do comitê local do Rio durante o evento



**Agosto de 2013** – Criado em Porto Alegre o comitê local de proteção a crianças e adolescentes em megaeventos – Copa 2014



**15 de junho de 2013** - Tem início no Brasil a Copa das Confederações. Organizada pela FIFA, o evento é teste para a Copa do Mundo. Serviu também de teste para os comitês locais das seis cidades-sede que participaram da competição: Belo Horizonte, Brasília, Fortaleza, Recife, Rio de Janeiro e Salvador



**30 de junho de 2013** – Final da Copa das Confederações



**Dezembro de 2013** – Criado em Manaus o comitê local integrado pró Copa



**Fevereiro de 2014** – Criado o comitê de proteção integral da criança e do adolescente no contexto dos grandes eventos, em Curitiba; e em São Paulo, o comitê paulista de proteção integral à criança e ao adolescente. Lançado o Guia de Referência para os Comitês de Proteção Integral de Crianças e Adolescentes nas Cidades-Sede da Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014 e Grandes Eventos, publicado pela SDH. Os comitês locais de Fortaleza, Recife, Rio de Janeiro e Salvador testam o plano de ação da Agenda durante o Carnaval



**Março de 2014** – Criado em Cuiabá o comitê de proteção integral de crianças e adolescentes nos grandes eventos 2014 e em Natal o comitê de proteção de crianças e adolescentes em megaeventos esportivos e na Copa do Mundo 2014



**Abril de 2014** - Criado o comitê local da proteção integral de crianças e adolescentes no contexto de grandes eventos em Fortaleza



**18 de maio de 2014** – Como acontece todos os anos, o Brasil celebra o Dia Nacional de Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. O UNICEF promove o aplicativo Proteja Brasil, num evento com o jogador Tinga, que havia sido vítima de racismo durante uma partida de futebol.



**12 de junho de 2014** - Começa a Copa do Mundo de Futebol da FIFA 2014. O Brasil abre a competição em São Paulo e vence a seleção da Croácia. A data marca ainda a celebração anual do Dia de Combate ao Trabalho Infantil



**28 de junho de 2014** – Têm início as oitavas-de-final da Copa do Mundo



**08 de julho de 2014** – Começam as semifinais da Copa do Mundo



**13 de julho de 2014** – Disputada a partida final da Copa do Mundo de Futebol da FIFA, no Maracanã, Rio de Janeiro. A Alemanha vence por 1x0 a partida contra a seleção Argentina. A data marca ainda o aniversário de 24 anos de aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente



**Agosto de 2014** – Encontro de avaliação das ações da Agenda



**15 a 16 de dezembro de 2014** – A versão preliminar do documento Agenda de Convergência para Proteção Integral de Crianças e Adolescentes e da População de Rua em Contexto dos Megaeventos Esportivos, que conta a experiência do Brasil na proteção das crianças durante a Copa do Mundo FIFA 2014, é entregue a representantes da Embaixada da Rússia no Brasil. A Rússia sediará a Copa do Mundo FIFA em 2018.

# INOVAÇÃO EM PROTEÇÃO INTEGRAL DE MENINOS E MENINAS

Os megaeventos esportivos ganham, a cada edição, maior complexidade e visibilidade. Conectadas pelas redes de telecomunicações às tecnologias de quarta geração, as pessoas acompanham esses eventos de forma cada vez mais rápida e diversa. TVs, smartphones, tablets, mídias sociais. Assim como na rede de proteção integral às crianças e adolescentes aqui também há convergência, de telas, tecnologias, conteúdos. As pessoas querem se engajar, se sentir parte do evento. Todo esse cenário demanda novas formas de comunicação, de participação.

O aplicativo Proteja Brasil foi uma resposta ao desejo das pessoas à inovação e à interação.

O Proteja Brasil é um aplicativo desenvolvido para celulares e tablets com o objetivo de facilitar a identificação e a notificação de situações de violações de direitos de crianças e adolescentes. Ele pode ser instalado gratuitamente em aparelhos que possuam os sistemas iOS e Android. A partir da localização do usuário, indica telefones, endereços e o melhor caminho para chegar a delegacias especializadas de proteção à infância e à juventude, conselhos tutelares, varas da infância e organizações que ajudam a combater a violência contra meninos e meninas nas principais cidades brasileiras.

O usuário pode optar também por destinar sua reclamação, por chamada de voz, diretamente ao Disque 100, principal canal de denúncias do governo federal, mantido pela SDH. As chamadas são anônimas e gratuitas e podem ser feitas 24 por dia, sete dias da semana. Fora do país, o instrumento apresenta os números de telefones e endereços das embaixadas e consulados do Brasil.

A ferramenta facilita a identificação de violações de direitos na medida em que fornece no seu menu os tipos mais recorrentes no Brasil: trabalho infantil, violência física, violência psicológica, violência sexual, discriminação, tortura, tráfico de pessoas e negligência e abandono. A identidade de quem realiza a notificação é mantida em sigilo.

O aplicativo é uma iniciativa pioneira em georreferenciamento de equipamentos públicos

voltados à proteção integral de crianças e adolescentes. Ele utiliza as potencialidades do universo dos dispositivos móveis para atender uma demanda urgente: a prevenção e o combate às violações dos direitos da infância e da adolescência.

Seu caráter inovador deve-se não apenas à possibilidade de facilitar a ação de denunciar, mas também ao incentivo do uso do smartphone como uma ferramenta de proteção das crianças e adolescentes.

Ao ser lançado, o aplicativo integrou-se à campanha Proteja Brasil, pela Secretaria de Comunicação da Presidência da República, que também tinha como objetivo convidar a população para que estivesse atenta e denunciasse todas as formas de violação de direitos contra crianças e adolescentes.

Foi quando a Secretaria de Direitos Humanos resolveu dar continuidade à campanha que o UNICEF, Cedeca-BA e IlhaSoft (desenvolvedores) apresentaram a ferramenta para celulares e tablets. O Comitê Nacional da Agenda de Convergência, então, resolveu abraçar a ferramenta como um dos aspectos da campanha.

## O APP PROTEJA BRASIL TEVE MAIS DE 40 MIL DOWNLOADS

Seu lançamento teve ampla repercussão na mídia e recebeu o apoio público por parte de autoridades – entre elas a presidente Dilma Rousseff-, ativistas em direitos humanos e celebridades. Revistas especializadas em tecnologia avaliaram positivamente o dispositivo. O Google também deu destaque ao aplicativo.

O Ministério da Educação mobilizou professores para que baixassem o aplicativo em seus tablets e celulares. Sensibilizada, a agência de promoção Fermento repaginou pro bono a interface do aplicativo. Numa parceria com a Fundação Telefônica, milhões de SMS foram disparados com mensagens da campanha, em maio de 2014.

O app foi ainda o elemento principal da campanha Está em suas mãos proteger nossas crianças, do UNICEF, internacionalmente. Os atores Lázaro Ramos e Danny Glover, embaixadores do UNICEF, o jogador de futebol italiano, Alessandro del Piero,

embaixador do International Centre for Sport Security (ICSS) – [leia mais sobre o Centro à página x -](#), entre outros, ajudaram a dar repercussão à iniciativa.



**975 MIL**  
PROFESSORES RECEBERAM MENSAGEM DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, ESTIMULANDO-OS A BAIXAR O APLICATIVO

**20 MILHÕES**  
DE SMS COM MENSAGENS DA CAMPANHA FORAM ENVIADOS NUMA PARCERIA COM A TELEFÔNICA

**276 MIL**  
PESSOAS POR DIA FORAM IMPACTADAS PELA CAMPANHA VIA FACEBOOK E OUTRAS REDES SOCIAIS

O aplicativo foi considerado por alguns dos integrantes da Agenda como um dos mais relevantes legados da Copa do Mundo para os direitos das crianças. Relatório do comitê local da capital, Brasília, uma das cidades-sede afirma:

*“A criação e divulgação do aplicativo Proteja Brasil [é] um dos principais legados que o Mundial vai deixar para o País”.*

Agora, o app Proteja Brasil inspira outros países que querem adotar ferramentas semelhantes para colaborar com suas estratégias de proteção

da infância e adolescência. Sua história foi registrada, como um estudo de caso, na publicação Aplicativo Proteja Brasil - Tecnologia e Inovação na Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente.

**O GOOGLE MOSTROU O APLICATIVO PROTEJA BRASIL COM DESTAQUE NA SUA LOJA VIRTUAL, GOOGLE PLAY**

# TODOS JUNTOS, INFORMADOS E ENGAJADOS: COMUNICAÇÃO, ESPORTE E PROTEÇÃO

**M**anter a sociedade atenta e engajada na proteção integral de crianças e adolescentes demandou dos integrantes da Agenda de Convergência um trabalho permanente de mobilização social.

Inúmeras ações de comunicação foram desenvolvidas durante os dois anos de preparação e de ação da Agenda. A comunicação foi organizada em três estratégias, articuladas e complementares:

- i. Campanhas de mobilização social
- ii. Relações com a mídia
- iii. Comunicação interna da Agenda (entre os atores da rede)

## As campanhas

As entidades que participaram da Agenda desenvolviam – e desenvolvem – campanhas de mobilização em diferentes formatos e graus de intensidade, algumas mais focadas em temas específicos, outras mais gerais, sobre direitos das crianças e adolescentes. Assim, para o trabalho da Agenda e em torno da Copa do Mundo FIFA 2014, essas campanhas foram intensificadas ou adaptadas a esse momento especial do país.

Ao todo, os atores da Agenda desenvolveram 18 campanhas, nacionais, internacionais, locais. Entre seus temas, estavam a mobilização de turistas – estrangeiros e domésticos – sobre exploração sexual de crianças e adolescentes, prevenção e enfrentamento ao trabalho infantil, prevenção ao HIV/aids e outros cuidados com a saúde ou mesmo o conceito da proteção integral e dos direitos de meninas e meninos.

**18 CAMPANHAS, NACIONAIS, INTERNACIONAIS, LOCAIS FORAM DESENVOLVIDAS PELOS ATORES E PARCEIROS DA AGENDA**

Diferentes também as instituições que promoveram essas campanhas. Organismos internacionais foram responsáveis por duas delas: UNICEF, UNAIDS; órgãos do Governo Federal coordenaram três delas: Secretaria de Direitos Humanos, Ministério da Saúde e Ministério do Turismo. O Ministério Público do Trabalho Federal coordenou uma e participou da coordenação de outra; organizações não-governamentais internacionais, fundação empresarial, redes e fóruns nacionais coordenaram cinco campanhas (Childhood Brasil, Plan Internacional Brasil, Fundação Itaú Social, Aliança Nacional de Adolescentes e Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil) e governos municipais e do Distrito Federal coordenaram cinco delas.

*“Convém ressaltar que a adesão às campanhas nacionais e internacionais, a exemplo das Campanhas Proteja Brasil e Não Desvie o Olhar, além de economizar recursos, integrou, potencializou e contribuiu para uma maior agilidade das ações do Comitê, pois a partir do acesso ao material já publicado foi possível articular sua difusão em toda rede parceira”.*  
(Relatório do comitê de Brasília, DF)

Porque foram capazes de mobilizar mais pessoas e inspirar iniciativas locais, destacamos aqui três dessas campanhas.

A primeira delas é a iniciativa Proteja Brasil, campanha guarda-chuva da Agenda de Convergência, que tem como objetivo conscientizar a população sobre a necessidade de estar atento, prevenir e denunciar possíveis violações aos direitos de crianças e adolescentes, tais como abuso e exploração sexual, trabalho infantil. A campanha também reforça uma demanda para que as pessoas denunciem casos de violações de direitos de meninas e meninos pelo serviço Disque 100.

Outra campanha de maior visibilidade foi a iniciativa Está em suas mãos proteger nossas crianças, lançada pelo UNICEF no Brasil e em outros 30 países, numa parceria com a iniciativa Save the Dream do International Centre for Sports Security (leia mais sobre o programa abaixo). Lançada em

18 de maio de 2014, o objetivo da campanha foi prevenir casos de violência e discriminação contra crianças e adolescentes e ajudar a diminuir a tolerância da sociedade com relação às violações de direitos durante a Copa do Mundo FIFA no Brasil. Os

restaurantes, nas imediações dos estádios, calçadões das praias e pontos turísticos. Além da mobilização corpo-a-corpo, foi possível baixar, adaptar e fazer uso dos materiais da campanha disponíveis no site <http://www.naodesvieoolhar.org.br/>.



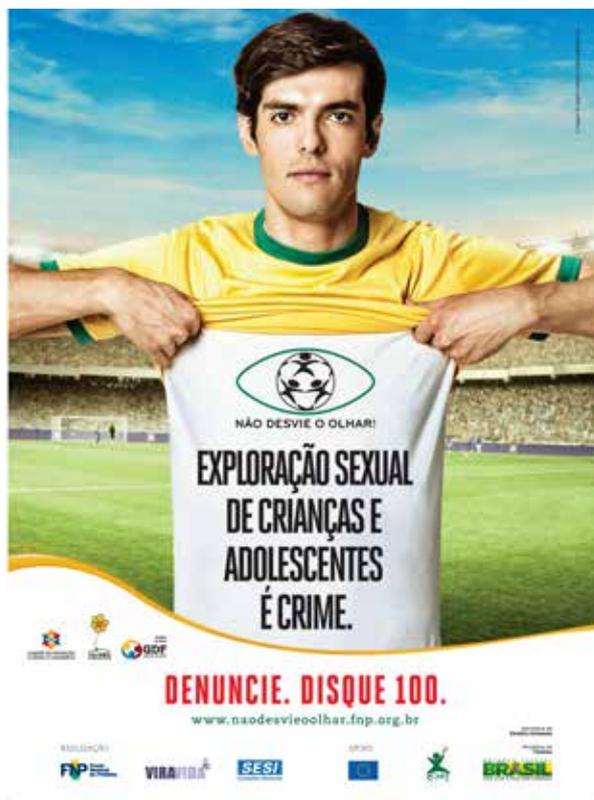
materiais da campanha apresentavam às pessoas o aplicativo Proteja Brasil como um aliado no objetivo da iniciativa, que ganhou as redes sociais.

A terceira campanha de destaque foi Não desvie o olhar, uma iniciativa internacional de sensibilização contra a exploração sexual de crianças e adolescentes, realizada em 16 países da Europa e no Brasil. A versão brasileira foi coordenada pelo Conselho Nacional do Serviço Social da Indústria (SESI), pela Frente Nacional de Prefeitos (FNP) e ISCOS Piemonte, com o apoio da União Europeia e da SDH. Foi executada em parceria com as 12 cidades-sede da Copa do Mundo, além de instituições públicas e privadas.

A Copa do Mundo era o foco da Não desvie o olhar, que informava os torcedores sobre as consequências jurídicas da prática de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil e as punições cabíveis aplicadas no país. O público também era convidado a conhecer os conselhos tutelares e denunciar se e sempre que soubesse de algum caso de exploração sexual, utilizando para isso o serviço telefônico Disque 100.

O material da campanha foi distribuído em agências de viagens, aeroportos, rodoviárias, dentro e aviões, ônibus interestaduais, táxis, rodovias, hotéis, bares,

A campanha contou com apoio de jogadores de futebol, como Kaká e Juninho Pernambucano, além de outras personalidades e celebridade, o que ajudou para que os materiais fossem amplamente utilizados pelos comitês locais da Copa.



## AS CAMPANHAS DOS ATORES DA AGENDA DE CONVERGÊNCIA

Título	Âmbito	Organizações Coordenadoras	Parceiros
Proteja Brasil	Nacional	Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República	Ministério do Turismo, UNICEF, entre outros
Está em suas mãos proteger nossas crianças	Internacional Nacional	Fundo das Nações Unidas pela Infância – UNICEF	UNICEF, ICSS, Ogilvy
Não Desvie o Olhar	Internacional Nacional	Conselho Nacional do Serviço Social da Indústria (SESI/CN)	Frente Nacional de Prefeitos (FNP), União Europeia, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência
Cartão Vermelho ao Trabalho Infantil	Nacional	Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI), Organização Mundial do Trabalho (OIT) e Ministério Público do Trabalho (MPT)	Vários
Trabalho Infantil Não é Legal	Nacional	Ministério Público do Trabalho (MPT)	
Turiso Turismo Sustentável e Infância	Nacional	Ministério do Turismo	Ministérios da Saúde, de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, secretarias estaduais e municipais de turismo
Brasil na Defesa da Infância	Internacional Nacional	Childhood Brasil	
Entre em Campo pelos Direitos das Crianças e do Adolescentes	Nacional	Fundação Itaú Social	Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente
Proteja o Gol	Internacional Internacional	Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (UNAIDS)	
11 pela Saúde	Nacional Internacional	Ministérios da Saúde Federação Internacional de Futebol - FIFA	Ministério da Educação e secretarias estaduais e municipais congêneres

<b>Título</b>	<b>Âmbito</b>	<b>Organizações Coordenadoras</b>	<b>Parceiros</b>
Copa das Meninas	Nacional e Internacional	Plan Internacional Brasil	
Adolescentes Conect@s por uma Copa sem Violência Sexual	Nacional	Aliança Nacional das Adolescentes	Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, ECPAT Brasil e Comitê Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual e Instituto C&A
Campanha de Proteção Integral (Diversão e Proteção Juntas e Juntos pela Proteção Integral de Crianças e Adolescentes)	Distrital	Comitê Local de Brasília, DF Secretária da Criança e do Adolescente. Secretaria da Saúde Secretaria da Assistência Social	Organizações componentes do Comitê Distrital
BH: Crianças e Adolescentes Protegidos	Municipal	Prefeitura de Belo Horizonte	Todas as organizações componentes do Comitê Local
Dê uma Batida, Salve Todos	Estadual	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos da Prefeitura de Recife, PE	
Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes: É hora de acabar com essa história	Municipal	Prefeitura Municipal de Recife.	
O melhor de Nós pelas Crianças e Adolescentes	Municipal	Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos da Prefeitura de Manaus.	Instituições e organizações e compuseram o Comitê Local
Você não veio para ficar tanto tempo, veio?	Municipal	Instituto Brasileiro de Estudos, Pesquisa e Formação para a Inovação Social (IBEPSI)	Fórum Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil, Aprendizagem e Proteção ao Adolescente (FOCA/RN), DKA-ÁUSTRIA, ECPAT Brasil, Assembleia Legislativa do RN/Selo Copa Legal e Câmara Municipal de Natal/Frente em Defesa dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes

Obs.: Tabela elaborada a partir dos encontros da Agenda de Convergência ocorridas no período de 2013 e 2014.

## ESPORTE COM SEGURANÇA E DIREITOS GARANTIDOS

Com sede em Doha, no Qatar, o International Centre for Sport Security (ICSS) atua mundialmente para zelar pela integridade do esporte – combate à corrupção, manipulação de resultados. O centro tem os direitos das crianças como um dos pontos principais de sua agenda de atuação, principalmente nas áreas de educação, proteção contra o tráfico de meninas e meninos.

Um dos programas da instituição, Save the Dream (Salve o sonho, em tradução livre), promove os princípios do esporte junto a crianças e jovens para que ajudem a proteger o esporte da corrupção, da violência e da discriminação. Lançado em 2012, o projeto tem conquistado apoio em todo mundo, com a adesão de atletas e ex-atletas, organizações internacionais, movimentos da sociedade civil.

Para o Centro, juntas, as pessoas podem proteger a pureza do espírito esportivo e o princípio do jogo justo (fair play), ajudando a construir sociedades melhores, educando as crianças por e para os valores do esporte, praticando esses valores em sua vida cotidiana.

### Relações com a mídia

Por seu papel de mediação da informação e de agendamento dos debates na sociedade, a mídia foi um dos públicos especiais que a Agenda de Convergência elegeu. Afinal, era fundamental que informações precisas estivessem acessíveis e compartilhadas por autoridades e pela sociedade.

Cada um dos parceiros e atores da Agenda desenvolveu ações de relacionamento com a mídia, mas a estratégia central de trabalho da Agenda foi a capacitação de jornalistas para uma cobertura bem informada, qualificada do tema da proteção integral de crianças e adolescentes no âmbito dos megaeventos esportivos. A meta, então, definida, era identificar, mobilizar e orientar 100 jornalistas sobre direitos das crianças no contexto da Copa das Confederações e da Copa do Mundo FIFA. Esses profissionais da informação foram capacitados para conhecer e saber informar mais e melhor sobre os riscos de violações de direitos de crianças e adolescentes, conceitos de proteção, o desenho do sistema de garantia de direitos, dados sobre a infância e adolescência no Brasil, projetos de referência, fontes de informação.

**100 JORNALISTAS ORIENTADOS  
SOBRE DIREITOS DAS CRIANÇAS  
NO CONTEXTO DA COPA**

Uma comissão de comunicação da Agenda foi composta pela Secretaria de Direitos Humanos, a ONG ANDI – Comunicação e Direitos, UNICEF, Fundação Itaú Social e Childhood Brasil e as assessorias de comunicação dos órgãos coordenadores dos comitês locais.

A comissão organizou 18 encontros de qualificação com jornalistas. Publicou também o *Guia de Referência para a Cobertura Jornalística – Grandes Eventos Esportivos e os Direitos de Crianças e Adolescentes*, com informações sobre a Copa do Mundo, a situação da infância e adolescência no Brasil (com dados econômicos, sociais e legais).

**18 ENCONTROS DE  
QUALIFICAÇÃO COM  
JORNALISTAS FORAM  
REALIZADOS PELA AGENDA**

O guia, ainda disponível na internet<sup>12</sup>, traz breve relato sobre a história dos direitos da infância no país e uma apresentação da Agenda de Convergência, explicando detalhes da iniciativa e como seria sua atuação durante o torneio. Apresenta, em

12 Em: <http://www.andi.org.br/infancia-e-juventude/publicacao/guia-de-referencia-para-a-cobertura-jornalistica-grandes-eventos-esp>

detalhes o marco legal, dados, serviços e projetos de referência sobre abuso e exploração sexual, trabalho infantil e álcool/drogas e dicas como abordar esses temas em matérias jornalísticas. E oferece um extenso guia de fontes sobre direitos das crianças nas 12 cidades-sede, com dados de contato, páginas web e endereços dos órgãos e entidades participantes do comitê local ou que estivessem colaborando com a Agenda.

A publicação foi editada pela ANDI – Comunicação e Direitos, em parceria com a SDH/SNPDC e o Conanda.

Outra ação importante com jornalistas foi uma edição especial do *Concurso Tim Lopes de Jornalismo Investigativo*, em sua sétima edição.

O Tim Lopes é realizado pela ANDI – Comunicação e Direitos, pelo UNICEF e pela Childhood Brasil, com o apoio da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) e da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji). É uma homenagem ao jornalista Tim Lopes, um dos mais importantes repórteres do país, assassinado em 2002, quando investigava casos de exploração sexual no Rio de Janeiro.

A iniciativa tem um formato diferente das mais tradicionais premiações para jornalistas. No lugar de premiar matérias já publicadas ou veiculadas, o Tim Lopes, criado em 2002, reconhece as melhores pautas de jornalismo investigativo e apoia os autores

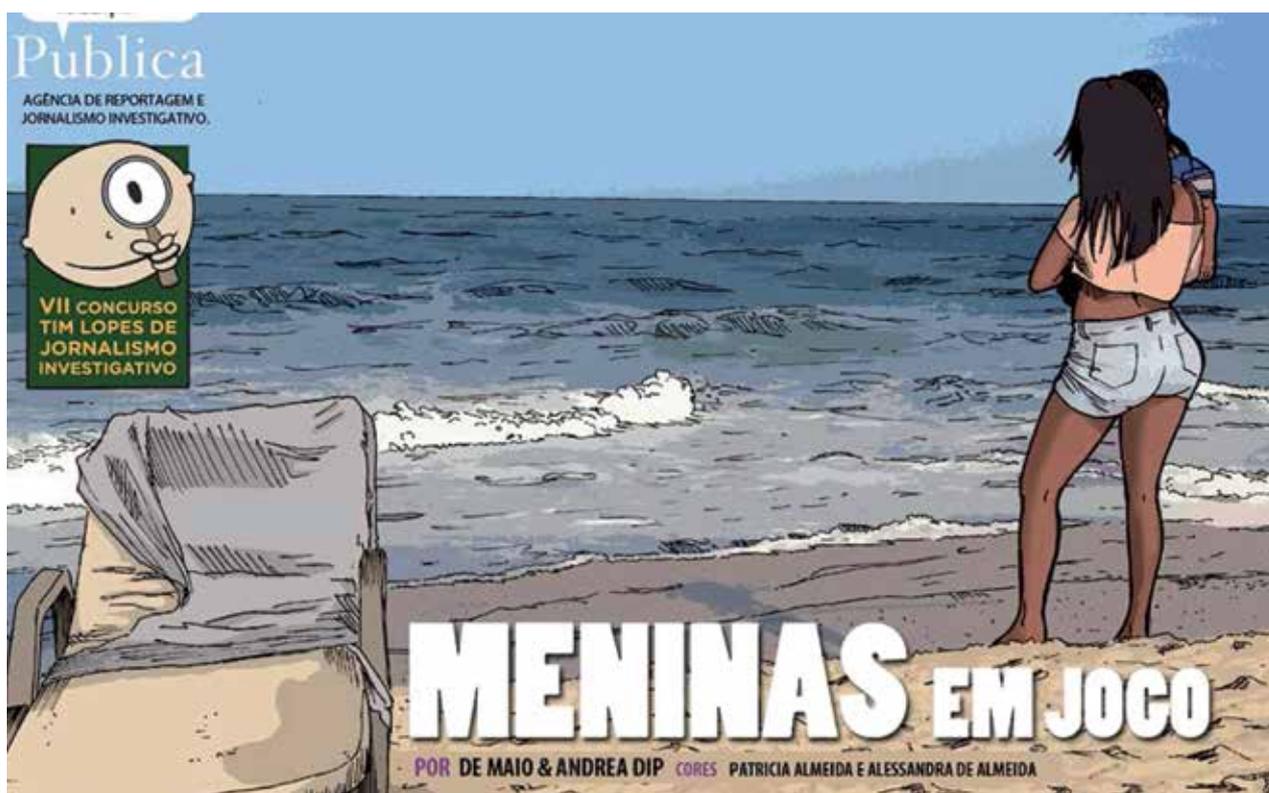
da ideia da matéria para que viabilizem aquela pauta, oferecendo além de recursos financeiros, orientação, como uma espécie de “bolsa”. O tema da exploração sexual de crianças e adolescentes é sempre o foco da iniciativa.

Em 2013, no âmbito do trabalho da Agenda, o Prêmio Tim Lopes reconheceu sete propostas de reportagens que tratariam dos direitos da infância e da adolescência no contexto da Copa do Mundo, entre 30 pautas da edição.

## SETE PROPOSTAS DE MATÉRIA FORAM RECONHECIDAS PELO PRÊMIO TIM LOPES 2013, ENTRE 30 FINALISTAS

Os premiados receberam treinamento de dois dias (sobre os temas da proteção integral de crianças e adolescentes e afins, dados sobre a infância e adolescência no Brasil, fontes a serem ouvidas, conceitos de proteção, garantia de direitos), o apoio em dinheiro e o acompanhamento técnico da ANDI, organizadora da premiação.

As pautas premiadas foram publicadas em rádio, jornais, revista, TV e mídia on line e podem ser acessadas em: <http://www.andi.org.br/timlopes/60830>.



## CAIS DO ABANDONO



# INFÂNCIA ESQUECIDA NOS PORTOS DA COPA

Série de reportagens revela abusos sofridos por crianças e adolescentes em terminais marítimos e fluviais das cidades sedes

• LEILANE MENEZES  
• HELENA MÄDER  
• MONIQUE RENNE (FOTOS)

Ao desembarcar de transatlânticos para assistir aos jogos da Copa do Mundo, os turistas vão se deparar com o abandono da infância brasileira. Nos portos das cidades sedes da mundial de futebol, centenas de crianças vendem os corpos em troca de um prato de comida. Garçons fantasmas carregam malas e vendem bagagagem para sobreviver. Jovens moradores de rua fumam crack à beira-mar para tentar fugir da rotina de desemprego e de violência. O governo modernizou a estrutura das regiões portuárias, mas não conseguiu acabar com a violação dos direitos das crianças noroesteiras. Os terminais marítimos e fluviais de todo o Brasil são pontos para a exploração sexual de adolescentes, o trabalho infantil e o uso de drogas.

A equipe do Correio viajou 8 mil quilômetros e viu o quanto capitaliza para enfrentar a realidade de quem vive em áreas onde o crescimento econômico nem sempre é sinônimo de avanço social. Hoje e nos próximos três dias, o jornal publica a série de reportagens *Caís do abandono*, que mostrará os principais abusos sofridos por crianças e adolescentes em regiões portuárias.

O governo federal estima em R\$ 3,3 bilhões os investimentos em infraestrutura realizados para a Copa em todas as sedes. Já o repasse para o combate à exploração sexual infantil ficou em R\$ 1,3 milhão em 2013 — equivalente a 0,03% da despesa total em obras. Do total de gastos em infraestrutura, R\$ 499 milhões foram reservados para a reforma e construção de terminais portuários.

Em Manaus, nos fim de semana, casais de paulistas visitam ao porto transformam-se em bares, onde garçons consomem drogas e vendem sexo a R\$ 10. Homens buscam meninas em jet skis, para levá-las aos pontos de exploração. Barcos proibidos de circular por falta de documentação são usados como motéis, para onde são levadas as jovens alvejadas. "Há dezenas de embarcações ancoradas, sem poder navegar, mas, em vez de resolver o problema, os donos transformaram em motel, cobrando R\$ 40 por hora", afirma o Clóvisdo Soares, coordenador técnico em Manaus.

A desigualdade é nítida também no Porto de Salvador. O centro histórico, próximo ao terminal de embarque e desembarque, é a prioridade para os turistas. Crianças pedem-se pela área do Mercado Modelo para atrair a atenção dos visitantes estrangeiros. Nadam no mar, próximo à entrada do comércio, à espera de estrangeiros dispostos a altas mordidas. Instruções por guias ou coreógrafos por grupos que pedem money, do alto da rampa, turistas divertem-se com a disputa dos garçons pela escola lançada ao mar. A pontos, garçons usam frangos indicados de mergulho para esconder as moedas no fundo da água. São raramente, crianças correm-se nas beiras dos barcos ancorados. "Tenho desde os 5 anos. Se a gente junta cinco dólares, os comerciantes pagam até R\$ 14", revela Diuro, 16 anos, que ganhou esse apelido por ser valioso. O dinheiro ganho no mar se transforma em crack.

### Reação tardia

Entidades de defesa dos direitos da infância chamam a atenção para o abismo entre os valores destinados a obras e os allocated para a proteção de meninas e meninas, expostas a diversas violações. "Problemas graves como a exploração sexual em Brasil, sem a Copa do Mundo. Megaprojetos, porém, aumentam os fatores de vulnerabilidade e expõem crianças e adolescentes a novos riscos", explica a coordenadora de programas da ChildFund Brasil, Anna Rita Hironaka.

A socióloga e especialista em política pública para infância Graça Gadella pondera as sedes da Copa. Reconhece que existe um esforço do governo para combater a exploração sexual, mas critica a decisão para o início das ações. "O país foi escolhido como sede da Copa em 2007, mas somente em 2012 o governo começou a elaborar a agenda de convivência. Foi uma decisão tardia", critica.



Em Manaus, homens transportam meninas em jet skis para levá-las a pontos de exploração sexual. Na capital baiana, mulheres dispõem as moedas atiradas por turistas estrangeiros; escola utilizada para comprar crack

### ESTRATÉGIA PARA GRANDES EVENTOS

Cerca de 600 mil turistas estrangeiros e 3 milhões de visitantes nacionais devem circular pelas cidades sedes durante a Copa, de acordo com a Endemur. Muitas das que lembranças dos jogos e da cultura local, parte dos visitantes pretende levar para casa vestígios da dignidade de crianças e adolescentes, que se oferecem como artigo de comércio no feirões de trabalho, em troca de alguns dólares.

No governo federal, a mobilização para implantar uma rede de proteção à infância durante os megaprojetos começou em agosto de 2012, com a criação do Comitê Nacional para a Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente nos Grandes Eventos. O colegiado reúne representantes da sociedade civil, de organizações internacionais, de empresas e do governo. Também saíram do papel os comitês locais, para diagnosticar as violações mais recorrentes e a situação da rede montada para combatê-las. O combate ao trabalho infantil e à exploração sexual são alguns dos principais focos.

A secretária Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente da Secretaria de Direitos Humanos, Angélica Godard, explica que a estratégia para os grandes eventos inclui a mobilização de platões de equipes com profissionais de várias áreas, criação de espaços temporários de acolhimento e a formação de equipes itinerantes. "Os conselhos tutelares estão sendo fortalecidos nas cidades sedes, com melhoria da estrutura. Também temos ações complementares, como o fortalecimento do Disque 100", comenta Angélica. Em todos os seus interações, que possuem no Brasil durante a Copa, secretariado terá uma mensagem aos pais e responsáveis alertando para o fato de que a exploração sexual de crianças e adolescentes é crime (ISM e LME)



### Terminais

Sede das 12 cidades sedes da Copa do Mundo têm portos, que vão receber navios estrangeiros e nacionais durante o evento. A Secretaria de Portos da Presidência da República prevê investimentos de R\$ 400,4 milhões, mas, em alguns terminais, os obras não saíram do papel. Além disso, há empreendimentos ligados pelo DNE ou com recursos privados. Confira os valores previstos para cada porto e os problemas sociais mais recorrentes nestas áreas portuárias.



### VIOLAÇÕES DE DIREITOS DA INFÂNCIA IDENTIFICADAS NOS PORTOS:

Exploração e abuso sexual, trabalho infantil, uso de drogas e remoções em massa para realização de projetos de infraestrutura

Fonte: Secretaria de Portos da Presidência da República. Dados de Anac/STB do Porto

# CAIS DO ABANDONO



Adolescentes vendem o bilhete por R\$ 5, e o "prêmio" é passar a noite com uma das participantes do esquema de exploração. Conselho Tutelar da capital amazense sofre com a falta de estrutura de trabalho

# A RIFA DO SEXO DAS MENINAS MANAUARAS

## » Denúncias em smartphones

A Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, em parceria com a Unicef e com o Centro de Defesa da Criança e do Adolescente da Bahia, desenvolveu um aplicativo chamado Proteção Brasil, que servirá para fazer denúncias de violações de direitos da infância, especificamente nos municípios. A partir da localização de autor da denúncia, é possível encontrar os telefones de entidades como conselhos tutelares e CDEAs que ajudam no combate à violência contra a criança. As denúncias podem ser anônimas. É possível baixar o aplicativo gratuitamente em smartphones Android e iOS.



Adolescentes com o corpo à mostra aborrecem clientes para vender as rifas em feira na cidade, perto do Porto de Manaus

## PERSONAGEM DA NOTÍCIA



## Briga por espaço

Na capital baiana, os direitos da infância desmontam diante do olhar passivo da sociedade, mas há prêmios como o conselheiro do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente de Salvador (Cedeac-Sal), Cize de Rousset **Almeida**, dedicada a prevenir. O conselho tutelar onde funciona a infância ameaça cair, devido à má conservação. A estrutura de trabalho foi transferida para endereço provisório, no Petropolis, mas a briga por um espaço adequado é há meses no há quatro anos. Cize não deseja de retirar ações do governo. Atualmente, a preocupação está à garantir os direitos da infância e juventude durante a Copa do Mundo. "Precisamos entender o perfil de turma que desmontará aqui, pois teremos seis jogos. A primeira vai ficar dois dias de carnaval fora de época durante o mundial. Não quero menino tocando tambor para entrar turmas. Quem pedisse socorro para oferecer aos dois últimos jogos de grandes eventos", diz Cize. O Cedeac-Sal estava para fazer justiça à maioria negra e pobre, assassinados em massa, nos anos 2000, quando a cidade registrou média anual de 30 homicídios de menores de 18 anos, com menos de um julgamento por ano.

• LÉILANE MENEGES  
• HELENA WAGNER  
• MONIQUE REANE (FOTOS)

Uma linha imaginária divide as duas áreas do Porto de Manaus. De um lado, há projetos e multitudes de bancas, usados para transportar populações ribeirinhas, supeiros, e, às vezes, sem documentação. Do outro, ficam ancorados os lousos navios estrangeiros, recebidos com festa. Empolgados, os turistas desembarcam na capital do Amazonas em transatlânticos com capacidade para até 3 mil pessoas. Não raro, são recebidos por banda marcial da Marinha e, antes de deixar o terminal, passam em quiosques de artesanato armados especialmente para recebê-los, onde podem comprar joias e produtos regionais, como bijuterias feitas de sementes da Amazônia.



Harmonia acariciá a barriga de Ana, 12 anos, que engravidou durante um programa sexual

crita à Voz da Infância, no fim de 2013. "Fizemos uma operação para investigar as denúncias, mas encontramos somente crianças acompanhadas dos pais na feira. Na ocasião, não conseguimos fazer flagranças, mas a apreensão continua", explica a delegada Lídia Gláucia de Moraes, chefe da DCA.

O Ministério Público do Amazonas confirmou a existência de uma investigação do esquema, mas informou que o processo está em sigilo de Justiça, por envolver crianças. O conselho tutelar Clovaldo Santos reclama da falta de condições para trabalhar. "O Conselho Tutelar ultrapassa suas atribuições e faz até investigação, fedelmente, só temos um cargo e somos três conselheiros nessa região do porto. Há pedras a compra de um barco, que nunca veio. Nossa rotina de risos e encontros e não conseguimos fiscalizá-los e atender chamados sem meios de transporte adequados", reclama.

Quando Luiz\*, 12 anos, uma das meninas envolvidas no esquema da rifa, se apresentou ao conselho tutelar, foi atendido pela conselheira Dióvia Guimarães. "Desde que me entendi por gente conheci o sofrer", contou. A exploração sexual tornou-se um problema hereditário em Manaus. "Já é uma cultura. A avó dela foi explorada, a mãe dela também e agora Luiza vive dessa forma. As mães vivem suas filhas como forma de ganhar dinheiro. Enquanto o Estado não perceber que o

o falso prêmio é um subproduto doméstico. Isso serve apenas como distração para o esquema"

Cidade de Santos, conselho tutelar em Manaus

sistema de atendimento não funciona, a gente consegue gol", avalia Dióvia.

## Na rua

A Bahia é o terceiro estado brasileiro em número de denúncias de violações de direitos da infância: foram 10,9 mil no ano passado. Apenas Rio de Janeiro e São Paulo estão à frente, de acordo com dados da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Em Salvador, o investimento em melhorias no porto da cidade chegou a R\$ 80,7 milhões, com a justificativa de atender aos turistas, especialmente durante o mundial. Até o momento, apenas uma embarcação, vinda da México, com 3,5 mil pessoas a bordo, confirmou presença. O transatlântico aportou no Rio de Janeiro e depois seguiu para terras baianas, onde ficará durante quatro dias.

A área de embarque e desembarque de passageiros fica próxima ao Mercado Boleão, no Centro Histórico, um dos pontos mais apreciados pelos turistas, paradoxalmente, uma das regiões com maior presença de crianças e adolescentes em situação de rua. A riqueza que circula no porto não se reflete nos arredores. Além da exploração sexual, é comum flagrar casos de trabalho infantil e uso abusivo de drogas por crianças no terminal marítimo do capital baiano.

\* Todos os nomes de jovens usados na série são fictícios, em respeito ao Estatuto da Criança e do Adolescente

## EM TROCA DE UMA PORÇÃO DE DROGAS

Vulnerável à abordagem de aliados, Ana\*, 12 anos, vive na rua da capital cearense desde os 4. Anã e dependente química, também sem endereço fixo. A criança de nascimento não traz o nome do pai. Esse vazio deve se repetir na vida do filho que a criança carrega na barriga. Há quatro meses, ela, que ainda não aprendeu a cuidar de si mesma, ganha quatro reais por semana com a venda de drogas. Ela recebe propostas nas praças da cidade, uma delas bem ao lado do Porto do Maracuri.

Ana nasceu em Caridade (CE), mas perdeu pouco da infância recente. Sabe que vai para a capital em uma carroça com a mãe e o padrasto. "Fizem cinco dias e cinco noites de estrada", diz. Em vários momentos, ela faz lembrar que tem apenas 12 anos, como quando pediu para segurarem a sua mão na hora de tomar vacinas, durante o pré-natal. Suas horas, conta com apelo de João\*, 14 anos, o namorado que promete assumir a paternidade do bebê. "Ele me protege e me ajuda a achar coisa para comer, quando acordo com fome e o bebê mece muito", relata. Durante uma consulta médica em um posto de saúde da cidade, a criança que espera um bebê pergunta à médica se era possível parir vestida. "Não quero tirar a roupa na frente de gente que não conhece", justificou. Foram educadoras da Rede Aquária, projeto social mantido com apoio da Secretaria de Cidadania e Direitos Humanos de Fortaleza, os responsáveis por encaminhá-la a cuidar da gestação. A mesma equipe deve ir encaminhá-la a um abrigo, quando o menino nascer.

A região do Porto do Maracuri, próxima à Avenida Beira Mar, é cercada de lajeiras. Em bairros como o Servião e o Alto da Paz, as casas não têm banheiros. Também não há energia elétrica regularizada ou sistema adequado de coleta de lixo. O porto recebeu R\$ 292 milhões em verba federal para expandir o terminal de passageiros e construir espaços para reclusão de bageiras, alimentação e lazer. (LM e BM)

LEILA AMANHA

Como a exploração cresce enquanto os investimentos minguam

## COPA SEM ESCOLA



**FIM DE HISTÓRIA** - No Rio de Janeiro, menina observa operários derrubarem a casa onde morava, na Vila Autódromo, ao lado do Parque Olímpico

# Educação para escanteio

◆ Obras para o Mundial de futebol e Olimpíadas deixaram milhares de jovens sem aula no país

**PRIMEIRA DE UMA SÉRIE**

**Bruno Moreno**  
brunomoren@hojeemdia.com.br

Enquanto se questiona qual será o legado dos megaeventos no Brasil, em especial o da Copa do Mundo, o direito à educação de milhares de crianças e adolescentes foi colocado para escanteio e está sendo lesado.

Desde 2010, entre 57,3 mil e 76,5 mil pessoas residentes em vilas e favelas, com idade entre 0 e 19 anos, foram afetadas diretamente e tiveram que mudar de escola ou creche em função das desapropriações ou remoções para as obras dos megaeventos.

O cálculo é feito com base no número de pessoas afetadas, aplicando-se o percentual de moradores dessa faixa

etária que residem em vilas e favelas no Brasil (38%), segundo o Censo de 2010, do IBGE.

Não há informações oficiais, apenas estimativas de quantas pessoas teriam sido desapropriadas ou removidas. Uma das mais confiáveis é a do Observatório das Metrópoles, núcleo nacional de pesquisadores das cidades.

De acordo com o coordenador da pesquisa "Metrópolização e Megaeventos: impactos da Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas de 2016 sobre as metrópoles brasileiras", Orlando Alenteves dos Santos Jr, é possível estimar entre 150 mil e 200 mil o número de pessoas (de todas as faixas etárias) que tiveram que deixar suas casas em função dessas obras. Foram utilizados dados de governos e dos Comitês dos Atendidos pela Copa de cada cidade.

**MIGRAÇÃO**

O processo migratório pelo qual o Brasil passou nos últimos cinco anos foi um dos maiores da história, se não o maior, em movimentação intraurbana - dentro da própria cidade. Geralmente, as famílias foram para mais longe da área central.

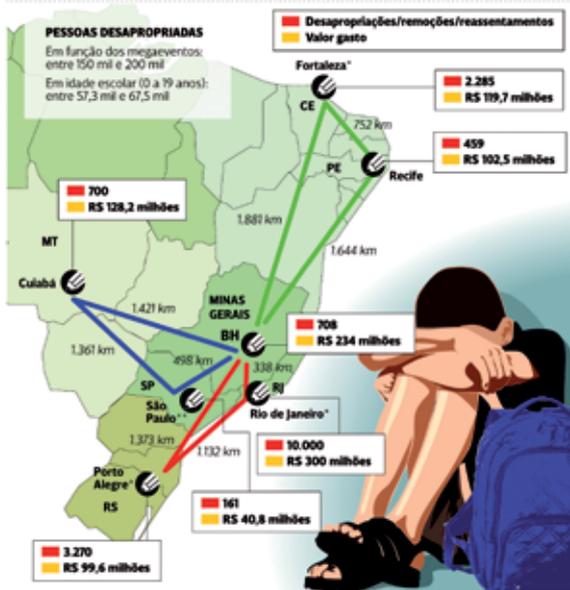
A ação, promovida pelo poder público, teve pouco ou nenhum suporte para que houvesse a continuidade da vida escolar das crianças e adolescentes afetados. Foi o que constatou o **Hoje em Dia** em visita a sete das 12 cidades-sede da Copa do Mundo, onde se concentraram maior número de remoções.

A série de reportagens que começa hoje mostrará casos de jovens que não se adaptaram à nova realidade ou não conseguiram vagas em escolas e largaram os estudos.

Há situações em que a ajuda de conhecidos e a sorte foram determinantes para que os jovens pudessem continuar a estudar, outras em que escolas comunitárias estão ameaçadas de fechar ou já pararam de funcionar.

Foram mais de 10 mil quilômetros percorridos, centenas de telefonemas e e-mails nos últimos três meses em busca dessas pessoas nas capitais Belo Horizonte, Cuiabá, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo. ◆

**ROTEIRO DA REPORTAGEM**  
Situação nas cidades visitadas



\* Dados oficiais não repassados de forma completa  
\*\* O Metrô SP se recusou a responder à demanda. Os dados foram retirados do Ministério do Esporte e do site do Metrô SP, e podem estar desatualizados.  
Fontes: Governos locais, Ministério do Esporte, Observatório das Metrópoles, Defensoria Pública do Estado de Pernambuco e Comitês dos Atendidos pela Copa

**O Hoje em Dia percorreu 10 mil quilômetros em sete cidades-sede da Copa do Mundo**

**SAÍRA MAIS**  
O projeto que deu origem a esta reportagem foi vencedor da Categoria Imprensa do VII Concurso Tim Lopes de Jornalismo Investigativo, realizado pela Andi, Childhood Brasil e o Unicef, com o apoio da OIT, da Fenaj e da Abraji.



### Legislação precisa mudar no país

A defensora pública estadual de São Paulo Anaí Arantes Rodrigues, que acompanha processos de remoções e desapropriações na capital paulista,

avalia que a lei que trata do tema deveria ter sido atualizada há tempos. "Nossa legislação tem que ser urgentemente reformulada e modernizada para, principalmente, reconhecer a posse em caso de desapropriação. Isso já resolveria boa parte dos problemas, porque as famílias receberiam uma indenização mais justa", avalia.

Para ela, é preciso um pacto nacional. "É necessário um marco legal nacional que determine requisitos e premissas dessas desapropriações de comunidades. Como funciona, o que o Estado tem que garantir às famílias em caso de deslocamento forçado", diz. ◆

## Rádio

**Pauta:** Cidades-sede da Copa, esporte e direitos das crianças/adolescentes

**Veículo:** Rádios EBC (Radioagência Nacional, rádios Nacional e MEC de Brasília, Rio de Janeiro, Amazônia e Alto Solimões)

**Jornalista responsável:** Juliana Cezar Nunes

## Mídia impressa

**Pauta:** Os efeitos das desapropriações da Copa 2014 na continuidade da educação de crianças e adolescentes

**Veículo:** Hoje em Dia

**Jornalista responsável:** Bruno de Carvalho Moreno

**Pauta:** Os portos do abandono

**Veículo:** Correio Braziliense

**Jornalista responsável:** Helena Mader

## Mídia online, alternativa e comunitária

**Pauta:** Além da Copa

**Veículo:** Portal NE10/Jornal do Commercio

**Jornalista responsável:** Mellyna Andrea Reis dos Santos

## Categoria especial “Violência sexual contra crianças e adolescentes no contexto da Copa do Mundo de 2014”

**Pauta:** Jogo sujo: Copa faz crescer ameaça de exploração sexual infantil

**Veículo:** Agência Pública de Jornalismo Investigativo

**Jornalista responsável:** Andrea Di Profio Moretoni

**Pauta:** Meninos à venda

**Veículo:** Revista Brasileiros

**Jornalista responsável:** Fernanda Cirenza

## Menção Honrosa

**Pauta:** Exploração sexual de crianças e adolescentes no contexto da Copa do Mundo 2014

**Veículo:** TV Brasil – Empresa Brasil de Comunicação

**Jornalista responsável:** Bianca Vasconcellos

Outra ação importante com a mídia foi o diálogo da comissão nacional da Agenda e seus integrantes com a mídia estrangeira, sobre o trabalho da rede de proteção integral de crianças e adolescentes, incluindo envio de materiais e dados sobre infância e adolescência e encontros para troca de informação. Coletivas de imprensa ajudaram a agendar o tema dos direitos das crianças no contexto da Copa do Mundo e a disseminar informação sobre o que

# 263 MATÉRIAS

## JORNALÍSTICAS RELACIONAVAM DIRETAMENTE O UNIVERSO INFANTO-JUVENIL AO MUNDIAL DE FUTEBOL

# 42 MATÉRIAS

## CITAVAM NOMINALMENTE A AGENDA DE CONVERGÊNCIA

estava sendo feito em favor de meninas e meninos, nas semanas que antecederam o Mundial.

Em 13 de junho de 2014, a então ministra dos Direitos Humanos, Ideli Salvati, e o representante do UNICEF no Brasil, Gary Stahl receberam jornalistas no centro aberto de mídia para a Copa, para lembrar o desafio do combate ao trabalho infantil no Brasil. “O trabalho infantil não pode se transformar em rotina”, lembrou Stahl, pedindo que os cidadãos “denunciem esse tipo de situações às autoridades”. Na coletiva, os jornalistas foram então apresentados ao aplicativo Proteja Brasil.

No dia 20 de junho, foi a vez de o UNICEF e o ICSS convocaram a mídia, sobretudo os correspondentes estrangeiros no Brasil, para a apresentação da campanha Está em nossas mãos. A chefe de Proteção à Criança do UNICEF, Casimira Benge, fez então um balanço das ações de proteção a crianças e adolescentes já desenhadas ou planejadas para o Mundial, nas 12 cidades-sede, a partir da Agenda de Convergência. Mais uma vez, o aplicativo Proteja Brasil foi apresentado aos jornalistas como uma ferramenta de proteção.

## A integração da comunicação entre atores da Agenda

Para reproduzir no trabalho com a mídia, a ideia de convergência que norteava a Agenda, a SDH criou uma página específica em seu site institucional para a integração de conteúdo e compartilhamento de notícias produzidas pelos comitês locais das doze cidades-sede da Copa e por parceiros e pelo próprio comitê nacional da Agenda.

Por videoconferência construiu-se consenso para a integração das informações em uma plataforma



única e estabelecimento de padrões editoriais e visuais.

Assim, foi possível potencializar a comunicação da Agenda sobre a proteção de crianças e adolescentes durante a Copa do Mundo.

Os comitês locais de Fortaleza, Manaus, Recife, Rio de Janeiro e Salvador, além de aproveitarem e/ou adaptarem as campanhas nacionais para sua realidade, desenvolveram ações de imprensa (com entrevistas – coletivas ou individuais -, envio regular de press releases). Em Salvador, foi estruturado um planejamento de atendimento à mídia e assessoria de imprensa: um ponto focal de comunicação era o responsável por fazer a conexão com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e enviava material jornalístico do plantão integrado e demais assessorias de comunicação dos órgãos. Em Recife, mereceu destaque a ampla cobertura dos veículos de comunicação para o lançamento

do comitê local, realizado em março de 2013. Na ocasião também foi apresentada a campanha "Não Desvie o Olhar". No Rio de Janeiro, o envio de releases resultou em entrevistas dos membros do comitê local sobre direitos da criança.

Parte do impacto gerado por esse trabalho pode ser verificado no levantamento das matérias publicadas por veículos de comunicação impressos em sites noticiosos e institucionais, entre 01 de março e 13 de setembro de 2014. No período, o Comitê Nacional reuniu 263 textos que relacionavam diretamente o universo infanto-juvenil ao mundial de futebol. Entre eles, 42 citavam nominalmente a Agenda de Convergência e vários outros relatavam ações desenvolvidas no âmbito da iniciativa. De modo geral, as matérias jornalísticas abordavam as ações de proteção, aprovação de legislação para a garantia dos direitos, as campanhas de enfrentamento à violência sexual e a outras situações de violação dos direitos.

# LIÇÕES E RECOMENDAÇÕES

Como mostra este documento, a Agenda de Convergência foi uma experiência de estruturação e articulação de programas e serviços de proteção de crianças e adolescentes antes e durante a realização de megaeventos esportivos.

Apesar dos obstáculos, a Agenda, desenvolvida no Brasil, é considerada um avanço no desenvolvimento e na coordenação de estratégias de proteção de meninas e meninos que pode ser desenvolvida em contextos diversos como obras e grandes empreendimentos, eventos regionais.

Para os atores que trabalham todos os dias com a proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes, seja nacionalmente, nos estados ou municípios, e viveram a experiência da Copa do Mundo FIFA 2014, o trabalho da Agenda de Convergência deixou importantes legados.

Destacar com ícone ou numeral O primeiro deles foi o desenvolvimento de uma metodologia de articulação e a integração dos esforços inter-institucionais e interfederados para a proteção integral de crianças e adolescentes durante os megaeventos esportivos.

O segundo, o fortalecimento do sistema de garantia de direitos.

O terceiro, a criação do aplicativo Proteja Brasil e de outros materiais e iniciativas de mobilização social em favor das crianças e adolescentes.

A percepção desses legados está registrada nos relatos dos comitês locais que atuaram nas cidades-sede:

*“Enfim, o legado da realização da Copa do Mundo no Brasil para as crianças e adolescentes foi a mobilização de todos os órgãos governamentais e não governamentais num trabalho em rede em prol do planejamento e execução de ações efetivas para a proteção desse segmento da população” (Brasília).*

*“Adoção de uma metodologia que de fato favorece a integração dos atores do sistema de garantia de direitos e tem potencial resolutivo” (Salvador).*



Como numa equipe de futebol, além dos três grandes legados, a Agenda deixa como 11 lições e resultados: também destacar os números

**1** A capacitação de profissionais de várias áreas do conhecimento e que atuam com diferentes políticas sociais – saúde, educação, segurança, assistência social - nas estratégias de proteção da criança e do adolescente em grandes eventos esportivos;

**2** O estabelecimento de fluxos e estratégias integradas para o atendimento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, no contexto de grandes eventos, com o envolvimento das redes locais de proteção;

**3** O desenvolvimento, a divulgação e o engajamento para o uso do aplicativo Proteja Brasil, que oferece ao país mais um canal de denúncia de violações de direitos de crianças e adolescentes;

**4** A criação e divulgação de campanhas educativas contínuas sobre direitos da infância e juventude que lembram às pessoas que é responsabilidade de todos na sociedade proteger crianças e adolescentes;

**5** A aproximação, em alguns estados, do sistema de segurança pública com as demais redes de proteção de crianças e adolescentes, o que ajuda a colir violência contra meninas e meninos, em especial a violência sexual;

**6** Os avanços normativos, por meio da aprovação da Portaria Interministerial Nº 876 de 2014, assinada pelo Ministério da Justiça e pela Secretaria de Direitos Humanos, que estabelece instruções para o impedimento de ingresso no país de pessoa condenada por crime de pornografia ou exploração sexual infanto-juvenil, a ser aplicada pelos agentes no desempenho do controle fronteiriço e de atividades de fiscalização migratória nos portos, aeroportos internacionais e pontos de fiscalização terrestre de migração, e da Lei 12.978, de 21 de maio de 2014, que classifica como hediondo o crime de favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente;

**7** A ampliação de campanhas voltadas ao setor de turismo, conscientizando atores do setor sobre o seu papel na prevenção e repressão à exploração sexual de crianças e adolescentes;

**8** A realização de alguns esforços de comunicação e mobilização integrados e/ou coordenados, como campanhas;

**9** A integração e troca de experiência entre diferentes municípios, estados e Distrito Federal, por meio da Agenda de Convergência;

**10** Maior divulgação à população dos canais de denúncia em casos de violações dos direitos das crianças, com destaque ao Disque 100 e por meio dos conselhos tutelares;

**11** debate sobre as condições de envolvimento de crianças e adolescentes com o futebol profissional, os riscos e oportunidades para meninas e meninos no futebol. **Já podemos reproduzir o documento – fac-símile- ou dar o link da publicação?**

Esse é um trabalho que não tem fim, o de proteger crianças e adolescentes. Mas como num jogo, há que se reunir talentos, capacidades, ter disposição para trocar com o outro. Por isso, estamos certos de que ao ser compartilhada, a Agenda de Convergência pode ser adaptada a outras realidades, no Brasil e em outros países. Essa é nossa contribuição.

#### (Endnotes)

1 De acordo com a Resolução Nº 113, de 19 de abril de 2006, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente constitui-se na articulação e integração das instâncias públicas governamentais e da sociedade civil, na aplicação de instrumentos normativos e no funcionamento dos mecanismos de promoção, defesa e controle para a efetivação dos direitos humanos da criança e do adolescente, nos níveis federal, estadual, distrital e municipal.

